



Relatório Anual 2023



EXPEDIENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Reis de Azevedo - *Presidente*
Adalberto Ribeiro Bueno
Cássio Luís da Silva Balbino
Edson Costa de Paula
Solange Peres de Carvalho

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Antonio Claret da Cruz
Elder Ulisses de Oliveira
Ruvar Balzac de Gabriel e Dorighello

SUPLENTE

Flavio Lemos de Carvalho

DIRETORIA EXECUTIVA

Edson Rodrigo Marinho - Diretor de Negócios
Geraldo Majela Ferreira - Diretor de Controles e Riscos
Dolor Dominiquini Filho - Diretor Administrativo

AGÊNCIAS

CARMO DO RIO CLARO - MG

Endereço: Praça Dona Maria Goulart, 225.
Centro, 37150-000 - Carmo do Rio Claro-MG.
Telefone: (35) 3561-1561
E-mail: credicarmo@sicoobcredicarmo.com.br

ALTEROSA - MG

Endereço: Rua Areado, 141. Centro
37145-000 - Alterosa-MG
Telefone: (35) 99836-5187
E-mail: alterosa@sicoobcredicarmo.com.br

RIBEIRÃO PRETO - SP

Endereço: Avenida do Café, 383. Vila Amélia.
CEP: 14.050-230 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (16) 99771-2558
E-mail: ribeirao@sicoobcredicarmo.com.br

SUMÁRIO

4

Palavra do
Presidente

6

Palavra da
Crediminas

8

Linha do
Tempo

13

Palavra da
Diretoria

14

Palavra dos
Cooperados

16

Inovações
Tecnológicas

18

Palavra do
Conselho

20

Evolução do
Sicoob Credicarmo

22

Ganho Social

24

Relatório Anual

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com grande satisfação que venho aqui mais uma vez discorrer algumas palavras sobre o Sicoob Credicarmo. Nossa cooperativa completa esse ano de 2024, 35 anos de existência, um orgulho pra mim presidir essa instituição financeira cooperativa e poder contribuir com toda essa história de sucesso do cooperativismo de crédito em Carmo do Rio Claro e região. Para uma empresa completar 35 anos no Brasil, todos sabem que não é fácil, ainda mais uma cooperativa, onde temos que superar obstáculos a todo momento. Nossa instituição nasceu por motivo de necessidade de acesso ao crédito. Com muito sacrifício 25 produtores rurais fundaram a nossa Credicarmo. Momento difícil naquela época, pois nenhum daqueles produtores imaginavam o que iriam enfrentar pela frente, mas graças a boa vontade, trabalho duro e honesto de seus dirigentes e colaboradores estamos aqui hoje para comemorar. Digo comemorar, pois as conquistas apareceram e o Sicoob Credicarmo alcançou a marca de 6.000 associados, mais de R\$ 11,4 milhões em sobras totais, ultrapassamos a casa de R\$ 63 milhões em patrimônio líquido e mais de R\$ 300 milhões em ativos. O sucesso também não vem só dos números, as conquistas nesses últimos anos foram muitas. Inauguração da nova sede, Usina fotovoltaica doada ao hospital, concurso cultural nas escolas com intuito de levar educação financeira para as crianças, vários projetos sociais, abertura da agência de Alterosa e

Ribeirão Preto, Feira Mais Negócios, Inovações tecnológicas como Sicoob Pay / saque digital / depósito sem envelope / atendimento digital, etc e o Prêmio Somos Coop – Excelência em Gestão 2023. Tudo isso mostra que estamos no caminho certo e cumprindo nosso papel enquanto Instituição Financeira Cooperativa.

É muito importante ressaltar que para uma cooperativa ser pujante e conseguir se sustentar no mercado financeiro moderno, o associado precisa de fato ser fiel e participativo, pois se seus negócios forem concentrados na cooperativa a mesma ganha escala e assim poder de barganha para ter melhores taxas e preços em seus serviços financeiros. O que vimos hoje é que o associado está na cooperativa, mas não tem ela como principal instituição financeira e isso não poderia acontecer, visto que se o associado é o dono da cooperativa, deveria ter a principalidade dos negócios nela. Se isso se tornar realidade um dia viraríamos a chave e assim mudaríamos com certeza para melhor a vida de muitos. Também ainda sobre a cooperativa ser a principal instituição do associado, temos que lembrar de um Princípio Cooperativista: **Compromisso com a Comunidade**. As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas. Quanto mais fidelidade do associado, mais recurso na

cooperativa, mais sobras, mais distribuição e consequentemente maior desenvolvimento local.

Logo a frente em nossa revista comemorativa de 35 anos, teremos a apresentação do relatório de gestão, o balanço e o registro de todos os acontecimentos nos últimos anos. Fecho meu pequeno texto, convidando nossos mais de 6.000 associados, para uma boa leitura e uma reflexão sobre a principalidade nos seus negócios dentro da cooperativa de crédito. Temos 35 anos de história e queremos repetir essa trajetória com crescimento e sustentabilidade.

O cooperativismo é importante para o hoje e para o futuro. Temos um mundo rico e desigual e as diferenças são nítidas. Só tem um caminho para o pequeno e médio sobreviver chamado escala, apoio e novos mercados. Isso se dá por meio do associativismo e cooperativismo. Não basta viver, é necessário conviver e participar integralmente. Com o crescimento do cooperativismo quem ganha é toda a sociedade e esse é o caminho!

Obrigado e um abraço forte a todos.

Rodrigo Reis de Azevedo.

Presidente do Conselho de Administração.





Ao longo dos anos, testemunhamos de perto a notória ascensão do Sicoob Credicarmo, desde suas origens até se tornar um exemplo de sucesso e de resiliência no universo empresarial. A história da cooperativa remonta a um grupo de 25 produtores rurais, unidos pela necessidade imperativa de acesso ao crédito para impulsionar suas atividades no campo. Movidos por uma visão empreendedora e determinação incansável, esses visionários fundaram o Sicoob Credicarmo, cuja atuação tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico da região, proporcionando oportunidades e progresso para inúmeras famílias e comunidades rurais.

Hoje, a cooperativa é um exemplo emblemático de sucesso, com um patrimônio líquido de R\$ 63 milhões e mais de R\$ 300 milhões em ativos. Essas conquistas não são apenas o reflexo de um desempenho financeiro exemplar, mas sim o resultado de valores sólidos, visão estratégica e compromisso inabalável com a excelência em todas as suas operações, se estabelecendo como um modelo de gestão eficiente, transparente e de responsabilidade corporativa, servindo como um farol para outras cooperativas enfrentarem desafios e alcançarem o sucesso sustentável.

Além disso, é crucial destacar a busca incessante do Sicoob Credicarmo pela inovação e atualização constante. A capacidade de se adaptar às mudanças do mercado e promover práticas sustentáveis demonstra o comprometimento da empresa em permanecer na vanguarda do setor e antecipar as demandas futuras. Essa postura empreendedora e proativa tem impacto não apenas no sucesso da cooperativa, mas também no fortalecimento e crescimento contínuo dela e de todo o Sistema Crediminas.

Diante deste marco significativo, é inevitável reconhecer e agradecer a todos aqueles que, ao longo de todos esses anos, contribuíram para o progresso e sucesso do Sicoob Credicarmo. Seja por meio do trabalho árduo e dedicação dos empregados, da confiança e parceria com o Sicoob Central Crediminas, ou do apoio fundamental da comunidade em que estamos inseridos, cada um de vocês desempenha um papel crucial nessa jornada de conquistas e superações.

Que estes 35 anos de história sejam apenas o prelúdio de uma trajetória contínua de prosperidade, superação e relevância para o Sicoob Credicarmo. Contém sempre com o apoio e a colaboração do Sicoob Central Crediminas, pois enxergamos na sua ascensão e desenvolvimento o reflexo do nosso propósito em comum: contribuir para um futuro mais próspero e sustentável para todos.

Elson Rocha Justino

Diretor Superintendente do Sicoob Central Crediminas



É com grande satisfação e orgulho que me dirijo a vocês neste momento especial, em que celebramos os 35 anos de existência do Sicoob Credicarmo. Em nome de todo o Sicoob Sistema Crediminas, gostaria de expressar os mais sinceros parabéns por essa conquista notável.

O Sicoob Credicarmo não é apenas uma Cooperativa financeira, mas uma parte integral e essencial da comunidade de Carmo do Rio Claro e região. Ao longo desses 35 anos, vocês demonstraram um compromisso inabalável com o desenvolvimento socioeconômico local, contribuindo significativamente para o progresso e o bem-estar de todos os cidadãos desta região.

Atingir a marca de 6 mil cooperados é um testemunho eloquente da confiança e da credibilidade que o Sicoob Credicarmo conquistou ao longo desses anos. Além disso, os impressionantes números financeiros alcançados - mais de R\$ 11 milhões em sobras totais, ultrapassando os R\$ 63 milhões em patrimônio líquido e os R\$ 300 milhões em ativos - refletem não apenas sucesso da gestão, mas também responsabilidade social e compromisso com a transparência e a ética nos negócios.

Sabemos que enfrentar os desafios de crescer no Brasil não é tarefa fácil. No entanto, o Sicoob Credicarmo não apenas superou esses desafios, mas também emergiu como um exemplo de solidez e confiança para a comunidade, o mercado e todos os cooperados. Vocês construíram uma reputação impecável baseada na transparência, na integridade e no compromisso com a excelência em tudo o que fazem.

Para nós, do Sicoob Central Crediminas, é uma honra e um privilégio tê-los conosco. A colaboração e a sinergia entre a cooperativa e a Central têm sido fundamentais para impulsionar o crescimento e o sucesso mútuo. Esperamos continuar a fortalecer e aprofundar essa parceria nos próximos anos, em prol do bem comum e do desenvolvimento sustentável de nossa comunidade.

Que este aniversário seja apenas o início de uma jornada ainda mais grandiosa e repleta de conquistas para o Sicoob Credicarmo. Que vocês continuem a inspirar e a impactar positivamente a vida de todos aqueles ao seu redor, como têm feito tão admiravelmente até agora.

Parabéns novamente pelo 35º aniversário, e que venham muitos mais anos de sucesso, prosperidade e realizações.

João Batista Bartoli de Noronha
Presidente do Conselho de
Administração do Sicoob Central



2019

FORMACOOOP

O curso para formação de dirigentes cooperativistas FORMACOOOP, realizado em nossa sede para toda região e com participação de 15 associados de nosso quadro.



Educação Financeira e 5º Princípio Cooperativista

Destacamos a continuidade de programas de educação financeira realizados desde 2011. O projeto “EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL” é feito em parceria com as escolas mostrando a importância de economizar desde a infância, incentivando o consumo consciente, expondo a base do cooperativismo e seus princípios através de palestras educativas com linguagem adaptada sobre o assunto.



Patrimônio em Alta

Em 2019 o Sicoob Credicarmo atingiu a importante marca de 30 milhões em patrimônio líquido na cooperativa.

Reafirmando sua força e crescimento em conjunto com os associados.



2020

Ações e Incentivo ao desenvolvimento social

O Sicoob Credicarmo reafirmou nos últimos anos suas parcerias com instituições que promovem trabalhos sérios visando o bem estar da comunidade. Destaque para o projeto Jogando Junto e o programa Cooperativistas do Futuro em Parceria com o Instituto de Educação e Cultura (IEC).



Sicoob Credicarmo em crescimento

O Sicoob Credicarmo, cresceu exponencialmente nos últimos anos, atingindo a expressiva marca de 3.047 associados em 2020.

Motivo de grande satisfação para a cooperativa, que acumula resultados positivos em seus exercícios.



Credicarmo inaugura agência em Alterosa/MG

O Sicoob Credicarmo inaugurou sua nova agência em Alterosa/MG, fortalecendo o cooperativismo local e oferecendo serviços financeiros acessíveis. Reafirmando seu compromisso de impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região. A cerimônia de inauguração uniu autoridades locais, representantes da cooperativa e membros da comunidade, em prol de um futuro colaborativo. Essa ação reflete a missão do Sicoob Credicarmo em fazer a diferença na vida das pessoas, disseminando os benefícios do cooperativismo.



2021

Sicoob Credicarmo Inaugura Nova Sede

Em 1º de fevereiro de 2021, o Sicoob Credicarmo inaugurou sua nova sede na Praça Dona Maria Goulart. O prédio, mais amplo e moderno, reflete o crescimento e a evolução da cooperativa desde sua fundação por 25 produtores rurais há mais de três décadas.

Com a presença de autoridades locais e representantes do Conselho Administrativo do Sicoob, a cerimônia destacou o compromisso da cooperativa com a comunidade local. O novo prédio, com construção iniciada em junho de 2018, oferece um ambiente amplo e acessível aos cooperados, reforçando o compromisso do Sicoob Credicarmo com a comunidade.



Expansão Nacional do Sicoob Credicarmo chega a Ribeirão Preto

O Sicoob Credicarmo inaugurou sua nova agência na Avenida do Café, Vila Amélia, em Ribeirão Preto/SP, como parte de sua expansão nacional. Fortalecendo sua presença em uma região histórica da cidade, a cerimônia de inauguração contou com a presença do Prefeito Duarte Nogueira, autoridades locais, Diretores, funcionários e cooperados, com bênçãos concedidas pelo Padre Daniel Aparicio Rasteiro e pelo Pastor Toni. A nova agência reforça o compromisso da cooperativa em oferecer serviços de qualidade, fortalecendo os laços entre cooperados e instituição.



2022

Sicoob Credicarmo Ilumina Hospital São Vicente

O Sicoob Credicarmo apoiou a instalação de uma usina solar no Hospital São Vicente de Paulo. A parceria com a empresa IS Brasil viabilizou essa iniciativa, com metade do custo financiado pela cooperativa. A usina trará economia ao hospital, permitindo investimentos em outras áreas para beneficiar a comunidade.



Retorno do Dia de Cooperar

O Sicoob Credicarmo voltou a realizar o Dia de Cooperar em Carmo do Rio Claro, reunindo milhares de pessoas. O evento incluiu atividades para crianças, homenagem aos professores e distribuição de lanches, brinquedos e bicicletas.



Torneio COOPSPORTES: Sicoob Credicarmo em Ação

Colaboradores e associados do Sicoob Credicarmo participaram do COOPSPORTES, promovido pelo Sistema OCEMG. O evento visa a prática esportiva, integração e cooperação entre as cooperativas de Minas Gerais. As equipes competiram em diversas modalidades, promovendo momentos de competição saudável e união.



2023

Sicoob Credicarmo Realiza 1ª Feira Mais Negócios

O Sicoob Credicarmo organizou a bem-sucedida 1ª Edição da Feira Mais Negócios em março de 2023, visando fortalecer o comércio local em Carmo do Rio Claro. Com mais de 30 empresas participantes, o evento contou com o apoio da Prefeitura e parcerias estratégicas.

A Feira, que incluiu stands de empresas, palestras, apresentações musicais, área de alimentação e espaço infantil, obteve um volume de negócios de mais de R\$ 17 milhões e recebeu elogios da comunidade local e de municípios vizinhos.



Credicarmo atinge marca de impacto.

No ano de 2023 o Sicoob Credicarmo superou as expectativas de crescimento e fechou o exercício com mais de 60 milhões em patrimônio líquido e mais de seis mil associados, um crescimento de cerca de 100% em 3 anos.



Quer conhecer um pouco mais da nossa história?



Clique ou Escaneie

Sicoob Credicarmo, destaque nacional

O Sicoob Credicarmo foi reconhecido por suas iniciativas sociais e de gestão durante eventos importantes em 2023. Em abril, recebeu o prêmio da CNIS pelo projeto "Concurso Cultural" realizado com escolas locais, durante o evento Vende Sicoob em Brasília. Ana Beatriz Silva Nascimento, Gerente e PAE (Pessoa de Apoio Estratégico) da cooperativa, recebeu o prêmio em nome da instituição.

Em dezembro, a Cooperativa Sicoob Credicarmo, foi reconhecida, no âmbito do Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão, ciclo 2023, como merecedora do SELO DE RECONHECIMENTO, no nível Primeiros Passos para a Excelência. O prêmio foi recebido pelo presidente da Instituição Rodrigo Azevedo e envaideceu a cooperativa pela congratulação.





Nesses trinta e cinco anos de Sicoob Credicarmo enfrentamos muitos desafios dos quais em trinta e dois pude contribuir com muito trabalho e dedicação na liderança de nossa equipe, e juntos chegamos aos dias atuais cientes de que necessitamos nos preparar, estudar e inovar para que possamos atingir a excelência administrativa em prol de nossos associados.

Dirigir nossa cooperativa é um desafio diário, porém é importante lembrar que os fundadores dessa cooperativa enfrentaram desafios muito maiores, pois emprestaram seus nomes e sua credibilidade em um momento de poucos recursos. Aproveito para registrar meu agradecimento a toda as lideranças que por aqui passaram e contribuíram na gestão dessa empresa.

Edson Rodrigo Marinho - Diretor de Negócios

Os 35 anos de bons resultados obtidos através de muito trabalho, inovações, responsabilidade, comprometimento e importantes parcerias, fizeram do Sicoob Credicarmo uma marca forte em nossa comunidade, trazendo progresso e acompanhando o crescimento de todos os setores da economia na região.

Sinto-me muito honrado e agradecido por fazer parte de nossa Cooperativa, atuando como Diretor de Controles e Riscos, podendo assim participar ativamente da entidade e de toda sua evolução.



Geraldo Majela Ferreira - Diretor de Controles e Riscos

Fazer parte de uma empresa que está completando 35 anos e que há 26 contribuí com seu crescimento e cresci junto, me dedicando com a satisfação dos administradores, colegas de trabalho e dos associados, renova as energias para continuar contribuindo e ver o importante papel que o Sicoob Credicarmo proporciona aos seus associados e a comunidade.



Dolor Dominiquini Filho
Diretor Administrativo



Sou muito grato a cooperativa Sicoob Credicarmo, pelos serviços prestados, pela confiança, consideração, responsabilidade, e por entender e atender às necessidades do produtor rural. Parabéns por seus 35 anos de existência!

Reginaldo Telles
Cooperado do Sicoob Credicarmo



O Sicoob Credicarmo é um grande parceiro, que acredita em seus associados e nos apoia, ajudando a estruturar projetos que geram emprego e renda, trazendo prosperidade a toda região!

Frederico Peres Sales
Cooperado do Sicoob Credicarmo



O Sicoob Credicarmo para mim é como uma família, pois eles não apenas oferecem suporte financeiro, mas também são uma fonte confiável de apoio em vários aspectos da vida. É reconfortante ter uma instituição assim ao seu lado. Sou muito grato a todos.

Maurício Bento
Cooperado do Sicoob Credicarmo

Eu e o SICOOB!

Começo a falar na preocupação com o bem estar que a nossa cooperativa oferece!

O carinho, amor, dedicação e competência de seus colaboradores que nos atendimentos nos fazem sentir em casa, fazendo jus ao nome COOPERATIVA. Um lugar amplo com acomodações super confortáveis para atendimento, sem falar no especial cafezinho.

Não vejo atendimento tão humanizado em nenhuma outra instituição que conheço!

Genésio Martins

Cooperado do Sicoob Credicarmo



Meu nome é Marcela, sou parceira do Sicoob Credicarmo desde 2018.

Sempre tive na cooperativa uma grande aliada, tanto para projetos pessoais e profissionais, quanto para apoio nos momentos de dificuldade (como na pandemia por exemplo). O acesso aos colaboradores é simples, direto, gentil e rápido, sem burocracias que poderiam atravancar meu dia-a-dia.

Por todas estas razões, é que tenho satisfação em ser associada ao Sicoob Credicarmo e fazer parte de sua história!

Marcela Tenório

Cooperado do Sicoob Credicarmo

Há um bom tempo mantenho relações com o Sicoob Credicarmo tanto de minha parte como da Serventia do Registro de Imóveis. Sempre recebi um tratamento muito atencioso e competente da direção e dos funcionários. A maneira como sou atendido nas minhas necessidades e da Serventia é extremamente profissional, sem deixar de lado a forma educada de fazê-lo, não deixando dúvidas quanto ao profissionalismo da direção e do quadro de funcionários. Neste momento desejo externar a imensa satisfação de ser cooperado do Sicoob Credicarmo, e desejo que este sucesso possa ser sempre crescente, para o bem dos associados e da comunidade carmelitana. Parabéns!!!

Antônio do Carmo Santana

Cooperado do Sicoob Credicarmo



"A mudança irá ocorrer, esteja preparado." - Oscar Motomura-Amana Key. Esta frase, recebida em um dos treinamentos que participei, reforça a necessidade que devemos ter um aprendizado constante para estar com a mente aberta e aceitar novos desafios e as novidades que o mundo nos apresenta. Em 1989, o desejo para a classe rural de Carmo do Rio Claro era ter tranquilidade de crédito para suas necessidades no processo produtivo. Esse desejo em ação, de um pequeno grupo de produtores rurais, fez essa cooperativa sair do papel e virar realidade. Sei que os desafios e dificuldades não foram poucos, mas a determinação para vencê-los era maior. Em 2003 integrei o conselho de administração e de 2011 a 2023 as diretorias financeira e administrativa. A governança corporativa evoluiu e novos desafios vieram, novas regras e também a construção da nova sede e ampliação de área de atuação com pontos de atendimento em Alterosa e Ribeirão Preto. Temos um bom grupo de colaboradores na Cooperativa, que buscam sempre as metas alinhadas e juntos levamos a Credicarmo a marca de mais de 60 milhões de patrimônio e 300 milhões de ativos, mostrando um bom crescimento nos 20 anos em que participei da gestão.

Esse crescimento sólido, permitiu em anos recentes a tomada de mais de 20 milhões de reais em linhas de crédito para os produtores junto ao governo, apenas com assinatura da diretoria. Não paramos, demos conta, crescemos nas mudanças ocorridas. Continuo sempre junto e cooperando para que esta cooperativa cresça e ajude a escrever o futuro que queremos para nossas atividades e para nossa comunidade.

Rodrigo Carvalho Rollim

Ex-Diretor Administrativo



Inovações Tecnológicas

ATENDIMENTO DIGITAL



ALICE

MÉTODO DE PAGAMENTO



DEPÓSITO IMEDIATO (SEM ENVELOPE)



SUPER APP SICOOB



ASSEMBLÉIA DIGITAL



O Sistema Financeiro Nacional sofreu diversas mudanças nos últimos 5 (cinco) anos e o Sicoob acompanhou as tendências e boas práticas de mercado, principalmente no que diz respeito às tecnologias aplicadas nos serviços entregues aos nossos associados.

Posso destacar que o período pandêmico acelerou o processo de assembleias virtuais. O Sicoob Credicarmo, através do aplicativo Moob, proporcionou transparência e ao mesmo tempo segurança aos seus associados em sua primeira Assembleia totalmente virtual e registrou número expressivo de participantes.

Nesse período de distanciamento social, também foi intensificado e ampliado um importante serviço para pessoas que pretendiam se associar ao Sicoob. O app “Faça Parte”, que atualmente foi incorporado ao app Sicoob, possibilitou associação e abertura de conta corrente no Sicoob Credicarmo de forma totalmente digital.

O uso de tecnologia contribuiu consideravelmente na revolução dos meios de pagamentos. Através do PIX, serviço de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central, no qual o Sicoob aderiu desde sua disponibilização e que até momento é oferecido de forma gratuita para todos os associados do Sicoob Credicarmo, seja pessoa física ou jurídica.

O aplicativo do Sicoob foi reconhecido como um dos melhores apps de Instituição Financeira e está sempre em atualização em busca de melhor usabilidade. Para facilitar a disponibilidade de serviços, o Sicoob avançou no projeto do SuperApp, em que o objetivo é reunir em um único ambiente diversas soluções. Como por exemplo, assuntos relacionados ao cartão, que antes eram tratados no app SicoobCard agora está incluso no app Sicoob.



A possibilidade de liberação de dispositivos mediante de reconhecimento facial, proporcionou segurança e agilidade na utilização do app Sicoob para efetuar transações financeiras

Em relação aos sistemas de pagamentos, o Sicoob criou sua própria solução de adquirência, a SIPAG 2.0, onde são disponibilizados produtos e serviços visando habilitar os Estabelecimentos para a aceitação de transações de pagamento realizadas com cartões.

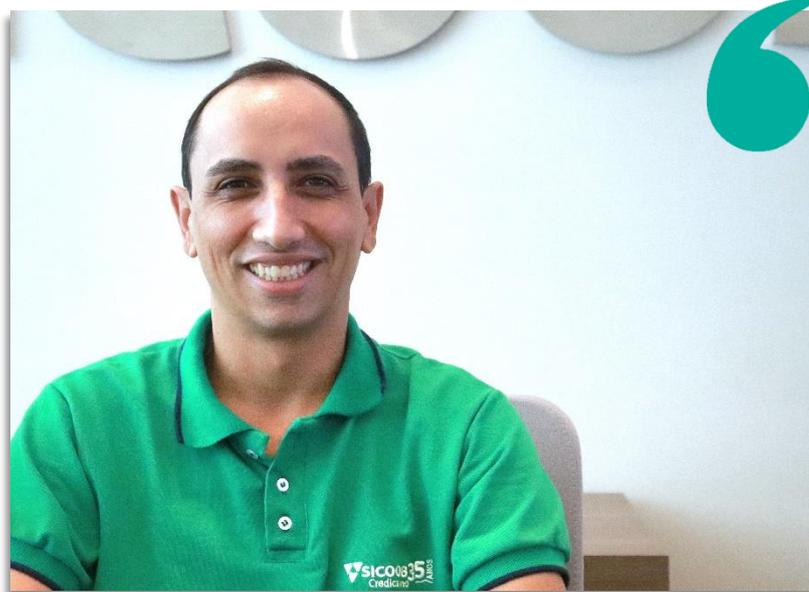
O Sicoob no uso de suas tecnologias também disponibilizou sua Tag, um dispositivo adesivo fixado ao vidro do veículo que permite o pagamento automático e a consequente liberação e passagem em cancelas de pedágios e estacionamentos credenciados em todo o Brasil.

Em busca de melhorar a comunicação com seus Cooperados e, ao mesmo tempo trazer agilidade e segurança no processo, a Credicarmo aderiu ao sistema de Atendimento Digital do Sicoob. Nessa solução é possível contactar e receber demandas de nossos associados através do Whatsapp ou pelo App Sicoob de forma prática e segura.

O Sicoob Credicarmo em sua nova sede, modernizou todos seus terminais de autoatendimento - ATM, facilitando o dia a dia de seus cooperados disponibilizando diversos serviços através deste canal. Vale destacar a retirada de folhas de cheques, o depósito em dinheiro com disponibilidade imediata em conta e o saque digital sem necessidade de cartão, apenas utilizando aplicativo para ler o QR CODE.

O Sicoob lançou uma plataforma que agrupa marketplace e programa de fidelidade: o Coopera, ambiente digital que permite uma experiência de compra digital com as vantagens das soluções financeiras do Sicoob. Os cooperados acumulam pontos ao fazer compras e no relacionamento com o Sicoob Credicarmo. Os pontos poderão ser utilizados para compra de produtos, milhas de passagens aéreas ou trocados por créditos na fatura do cartão SicoobCard e para fazer aportes na conta capital e na previdência privada.

Em suma, o Sicoob Credicarmo está comprometido em utilizar tecnologias e soluções inovadoras que tragam segurança e a melhor experiência financeira aos seus cooperados.



Emerson Diogo de Lima
Analista de TI

***Há 16 anos fazendo parte da história
do Sicoob Credicarmo.***

Estou vivenciando a experiência agradável de fazer parte do Conselho Fiscal do Sicoob Credicarmo e constatar quão grande é o empenho e o aparato das leis da Instituição para assegurar aos cooperados a equidade, a transparência e a responsabilidade para que os resultados sejam satisfatórios.

Antonio Claret da Cruz - Membro do Conselho Fiscal

Meu envolvimento com o cooperativismo vem de longa data trabalhei na Cooxupé quando se instalou nesta cidade e, em seguida, atuei como Contador na Coopercarmo. Na Credicarmo, como cooperado e coordenador do Conselho Fiscal, tenho acompanhado com admiração sua evolução ao longo dos anos, tanto no crescimento de seu patrimônio quanto no aprimoramento de sua gestão. Posso garantir que a Credicarmo é um exemplo a ser seguido, graças à sua solidez e confiabilidade, resultado do excelente trabalho realizado por sua equipe de direção e colaboradores. Parabéns a todos que, ao longo desses 35 anos, têm contribuído de alguma forma para o sucesso da Credicarmo!

Parabéns a Carmo do Rio Claro por ter uma cooperativa tão grandiosa como a Credicarmo!

Elder Ulisses de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal

Antes de ser convidado a fazer parte do Conselho Fiscal da Credicarmo fiz alguns cursos voltados ao cooperativismo e desde então me identifiquei com o modo especial que são tratados as pessoas e os negócios, isso fez toda a diferença na hora de escolher a Credicarmo. Atualmente fazendo parte do Conselho Fiscal fico extremamente feliz e satisfeito em contribuir para o melhor desempenho da Credicarmo, sempre visando transparência no ato de fiscalizar nosso patrimônio.

Parabéns a Carmo do Rio Claro por ter uma cooperativa tão grandiosa como a Credicarmo!

Ruvar Balzac de Gabriel e Dorighello - Membro do Conselho Fiscal

Quando falamos em Cooperativismo, os desafios transformam experiências em crescimento e a Credicarmo está sempre buscando formas de se moldar para atender as demandas dos cooperados e com isso aprendemos que temos que mudar para crescer.

Solange Peres de Carvalho - Membro do Conselho de Administração

Em tempos onde resultados estão na exploração de oportunidades e solução de problemas, motivar as pessoas e atender suas necessidades para que busquem resultados são os principais desafios de compor a governança.

Adalberto Ribeiro Bueno - Membro do Conselho de Administração

É interessante ver como o Sicoob Credicarmo, ao completar seus 35 anos, está enfrentando desafios e oportunidades que exigem uma abordagem estratégica e adaptativa. Manter o crescimento de forma sustentável em um ambiente dinâmico requer não apenas visão de longo prazo, mas também a capacidade de identificar e responder rapidamente às oportunidades e ameaças que surgem. Adaptabilidade e uma abordagem estratégica são fundamentais para garantir o sucesso contínuo em um cenário em constante mudança.

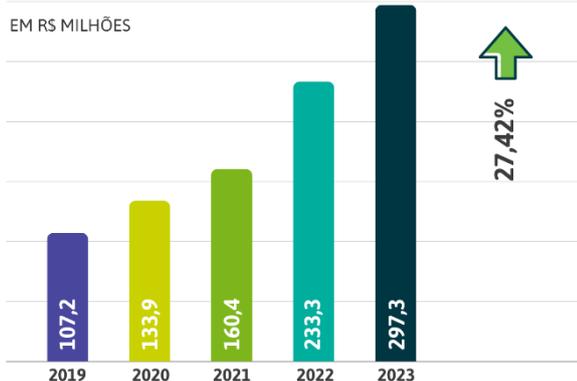
Cássio Luís da Silva Balbino - Membro do Conselho de Administração

Estar conselheiro é um desafio ao qual nos dispomos a buscar o que atenda ao cooperado e ao mesmo tempo possa manter a cooperativa sólida para atravessar períodos de incertezas.

Edson Costa de Paula - Membro do Conselho de Administração

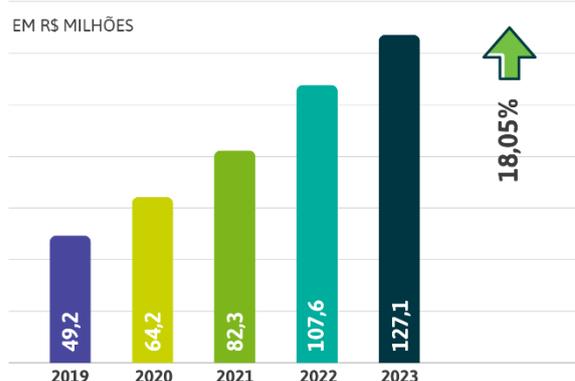
EVOLUÇÃO SICOOB CREDICARMO

ATIVOS TOTAIS



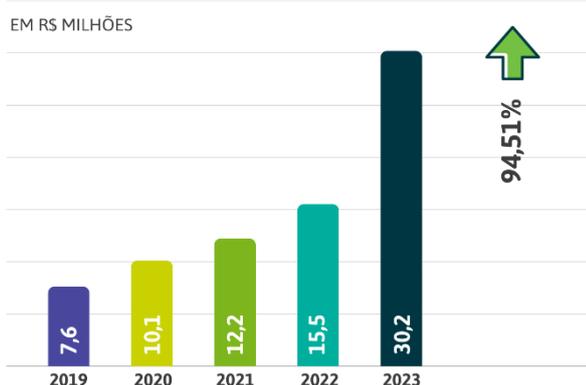
Os Ativos totais representam os bens da cooperativa, os valores que têm a receber ou bens que podem ser convertidos em dinheiro. Em 2023 o Sicoob Credicarmo alcançou R\$ 297.350.079,32 (vinte e nove milhões, setecentos e trinta e cinco mil, setenta e nove reais e trinta e dois centavos) com um incremento expressivo de 27,42% em relação a 2022.

DEPÓSITOS TOTAIS



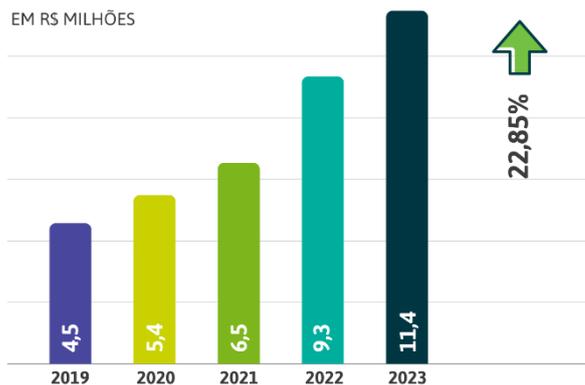
Os Depósitos Totais são compostos pelo somatório dos valores em Depósito a Vista e Depósito a Prazo e alcançaram R\$ 127.138.159,00 (cento e vinte e sete milhões, cento e trinta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais), o que representa 18,05% de incremento em relação ao mesmo período de 2022.

COBRIGAÇÕES



As cobrigações correspondem aos limites de utilização dos cartões de crédito e recursos repassados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o valor apurado no final do exercício foi de R\$ 30.200.647,00 (trinta milhões, duzentos mil, seiscentos e quarenta e sete reais).

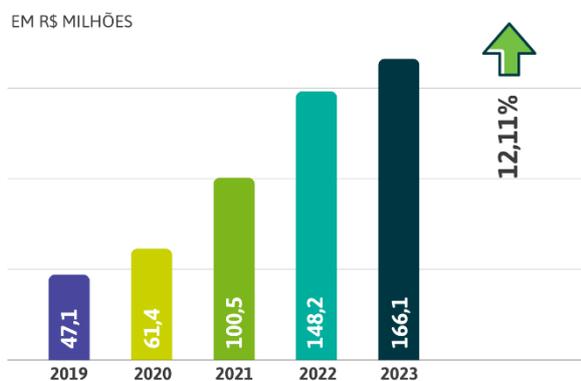
SOBRA BRUTA



As sobras do exercício de 2023 superou em 22,85% o ano de 2022, totalizando um total de R\$ 11.482.539,00 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais) dos quais R\$ 2.975.966,55 (dois milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) estão à disposição da assembleia.

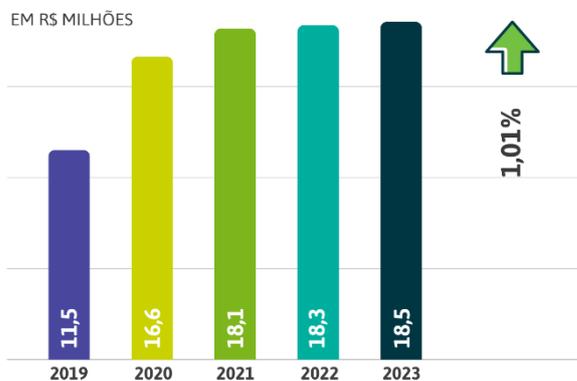


OPERAÇÕES DE CRÉDITO



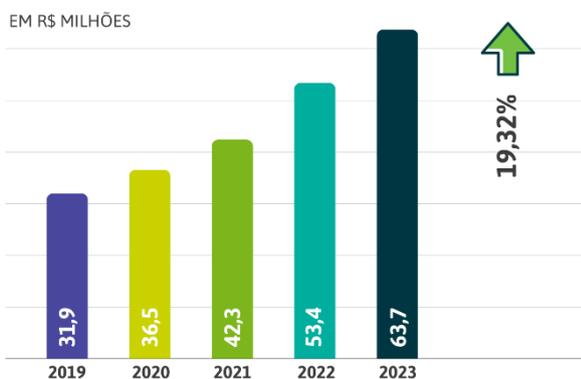
As operações de créditos realizadas pelo Sicoob Credicarmo para cooperados PF, PJ e Produtores Rurais atingiram o valor de R\$ 166.194.952,00 (cento e sessenta e seis milhões, cento e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais) superando em 12,11% o mesmo período em 2022.

SICOOB POUPANÇA



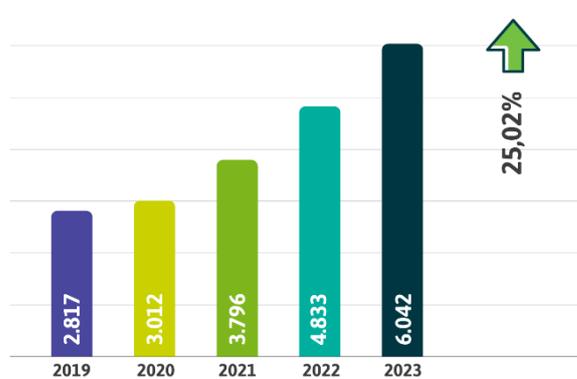
Os valores depositados em poupança superaram em 1,01% o ano de 2022, totalizando o valor de R\$ 18.561.636,00 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e um mil e seiscentos e trinta e seis reais).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O Patrimônio Líquido do Sicoob Credicarmo, em comparação do ano de 2022, cresceu 19,32% totalizando o valor de R\$ 63.736.416,00 (sessenta e três milhões e setecentos, trinta e seis mil e quatrocentos e dezesseis reais)

NÚMERO DE ASSOCIADOS



O número de associados do Sicoob Credicarmo ao final do exercício de 2023 foi de 6.042 (seis mil e quarenta e dois reais) superando em 25,02% o ano de 2022.





GANHO SOCIAL, MOTIVO ESPECIAL PARA SER UM COOPERADO DO SICOOB CREDICARMO

O Sicoob Credicarmo está comprometido com a contínua melhoria em prol de seus cooperados e da região em que atua, baseando-se nos sólidos princípios cooperativistas que fundamentam seu modelo de negócios.

Ao se tornar um cooperado, o indivíduo passa a desfrutar de uma série de vantagens advindas da cooperação, incluindo a participação ativa nas decisões por meio do voto em assembleias, o acesso a um amplo portfólio de soluções financeiras com condições mais justas e favoráveis em termos de taxas de juros, além da distribuição dos resultados ao término de cada exercício financeiro.

Além desses benefícios diretos, há também o Ganho Social, que representa um valor agregado adicional para os cooperados. O Ganho Social é composto não apenas pelas sobras brutas da cooperativa, que são retornadas aos cooperados, mas também pela economia gerada por meio das taxas e tarifas praticadas, as quais são consistentemente inferiores às do mercado em comparação com as instituições financeiras tradicionais. Essa prática não só promove uma maior equidade financeira para nossos cooperados, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades em que atuamos.



Ganho social 2023 -Sicoob Credicarmo

R\$ 36.877.332,00



Ganho social por cooperado

R\$ 7.819,00

Isso significa que cada cooperado, em média, teve um ganho nos últimos 12 meses de

R\$ 7.819,00 (sete mil e oitocentos e dezenove reais)



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB CREDICARMO.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de

Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDICARMO é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,69% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a



eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB CREDICARMO registrou o total de 7 (sete) manifestações. Das reclamações, 1 (uma) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.





8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais.

| Resultados Financeiros do Período | % de variação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------|---------------|--------------|
| Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital | 15,48% | 10.793.422,07 | 9.346.592,09 |

| Número de cooperados | % de variação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------|---------------|------------|------------|
| Total | 25,02% | 6.042 | 4.833 |

| Carteira de Crédito | % de variação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| Carteira Rural | 2,32% | 76.247.449,65 | 74.518.436,09 |
| Carteira Comercial | 9,97% | 86.437.678,52 | 78.602.659,85 |
| Total | 6,25% | 162.685.128,17 | 153.121.095,94 |

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 36,68 % da carteira, no montante de R\$ 65.585.117,87.

| Captações | % de variação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| Depósitos à vista | -2,06% | 31.941.514,11 | 32.614.307,19 |
| Depósitos sob aviso | 12,84% | 14.296,32 | 12.669,42 |
| Depósitos a prazo | 15,84% | 57.306.856,59 | 49.469.878,83 |
| LCA | 50,28% | 35.692.636,31 | 23.750.466,86 |
| LCI | 18,10% | 2.182.855,64 | 1.848.310,04 |
| Total | 18,05% | 127.138.158,97 | 107.695.632,34 |

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 28,80 % da captação, no montante de R\$ 36.456.074,25.

| Patrimônio de referência | % de variação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Total | 19,47% | 59.619.821,36 | 49.902.772,59 |

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

CARMO DO RIO CLARO-MG, 31 de dezembro de 2023.





BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

| | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------|------------------------|-----------------------|
| ATIVO | | 297.350.790,32 | 233.370.135,40 |
| DISPONIBILIDADES | 4 | 751.200,46 | 509.986,39 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 300.858.119,77 | 231.518.953,71 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 16.520.493,12 | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | 6 | 21.851.990,82 | 5.975.520,04 |
| (-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários | | (111.713,23) | - |
| Relações Interfinanceiras | | 96.145.409,30 | 69.501.084,49 |
| Centralização Financeira | | 96.145.409,30 | 69.501.064,49 |
| Outras Relações Interfinanceiras | 7 | - | 20,00 |
| Operações de Crédito | 8 | 162.685.128,17 | 153.121.095,94 |
| Outros Ativos Financeiros | 9 | 3.766.811,59 | 2.921.253,24 |
| (-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO | | (11.029.302,75) | (5.454.678,16) |
| (-) Operações de Crédito | 8.b | (9.950.217,65) | (4.882.435,97) |
| (-) Outras | 9.1 | (1.079.085,10) | (572.242,19) |
| ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS | 10 | 108.990,97 | 75.512,15 |
| OUTROS ATIVOS | 11 | 523.210,58 | 300.852,72 |
| IMOBILIZADO DE USO | 12 | 7.548.007,42 | 7.439.358,50 |
| INTANGÍVEL | 13 | 15.750,88 | - |
| (-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES | | (1.425.187,01) | (1.019.849,91) |
| TOTAL DO ATIVO | | 297.350.790,32 | 233.370.135,40 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 297.350.790,32 | 233.370.135,40 |
| DEPÓSITOS | 14 | 89.262.667,02 | 82.096.855,44 |
| Depósitos à Vista | | 31.941.514,11 | 32.614.307,19 |
| Depósitos Sob Aviso | | 14.296,32 | 12.669,42 |
| Depósitos a Prazo | | 57.306.856,59 | 49.469.878,83 |
| DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 139.218.320,54 | 93.492.188,24 |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | 15 | 37.875.491,95 | 25.598.776,90 |
| Relações Interfinanceiras | | 42.843.090,11 | 25.197.424,79 |
| Repasses Interfinanceiros | 16.a | 42.843.090,11 | 25.197.424,79 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 16.b | 56.662.045,63 | 41.518.169,08 |
| Outros Passivos Financeiros | 17 | 1.837.692,85 | 1.177.817,47 |
| PROVISÕES | 18 | 1.540.152,29 | 1.151.909,91 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS | 19 | 257.275,09 | 287.674,80 |
| OUTROS PASSIVOS | 20 | 3.335.958,91 | 2.924.184,51 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 21 | 63.736.416,47 | 53.417.322,50 |
| CAPITAL SOCIAL | | 24.365.558,33 | 22.231.878,04 |
| RESERVAS DE SOBRAS | | 36.394.891,59 | 28.708.483,65 |
| SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | | 2.975.966,55 | 2.476.960,81 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 297.350.790,32 | 233.370.135,40 |
| As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | |



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS (EM REAIS)

| | Notas | 2 ° Sem. 2023 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-----------|------------------------|------------------------|------------------------|
| INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 22.186.046,38 | 41.049.186,04 | 27.360.075,19 |
| Operações de Crédito | 23 | 14.457.732,72 | 28.383.150,18 | 20.049.435,44 |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos | 4.s | 6.037.884,15 | 10.902.737,39 | 7.310.639,75 |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 1.025.594,67 | 1.025.594,67 | - |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 6 | 664.834,84 | 737.703,80 | - |
| | | | | |
| DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 24 | (16.302.025,62) | (27.267.139,04) | (15.529.673,29) |
| Operações de Captação no Mercado | 14.d | (5.544.705,38) | (10.619.051,82) | (7.182.679,23) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | 16.c | (4.627.229,17) | (8.245.088,91) | (3.971.761,14) |
| Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | | (6.130.091,07) | (8.402.998,31) | (4.375.232,92) |
| | | | | |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 5.884.020,76 | 13.782.047,00 | 11.830.401,90 |
| | | | | |
| OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS | | (935.767,08) | (2.410.005,45) | (2.217.208,15) |
| Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços | 25 | 1.924.169,44 | 3.623.117,44 | 2.371.323,77 |
| Rendas de Tarifas | 26 | 573.352,36 | 1.125.247,82 | 1.041.638,30 |
| Dispêndios e Despesas de Pessoal | 27 | (2.538.996,54) | (4.959.940,54) | (4.331.298,99) |
| Outros Dispêndios e Despesas Administrativas | 28 | (1.815.174,99) | (3.484.401,34) | (2.976.060,22) |
| Dispêndios e Despesas Tributárias | 29 | (66.262,43) | (141.999,08) | (152.749,78) |
| Outros Ingressos e Receitas Operacionais | 30 | 2.044.503,80 | 3.214.566,83 | 2.674.595,75 |
| Outros Dispêndios e Despesas Operacionais | 31 | (1.057.358,72) | (1.786.596,58) | (844.656,98) |
| | | | | |
| PROVISÕES | 32 | (187.417,36) | (424.023,88) | (23.866,28) |
| Provisões/Reversões para Contingências | | (77.890,75) | (150.777,99) | (35.574,19) |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | | (109.526,61) | (273.245,89) | 11.707,91 |
| | | | | |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 4.760.836,32 | 10.948.017,67 | 9.589.327,47 |
| | | | | |
| OUTRAS RECEITAS E DESPESAS | 33 | 53.573,07 | 102.738,87 | 78.372,88 |
| | | | | |
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES | | 4.814.409,39 | 11.050.756,54 | 9.667.700,35 |
| | | | | |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 297.618,71 | (57.726,96) | (105.937,68) |
| Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados | | 188.653,44 | (29.009,80) | (57.130,99) |
| Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados | | 108.965,27 | (28.717,16) | (48.806,69) |
| | | | | |
| PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS | | (68.926,71) | (199.607,51) | (215.170,58) |
| | | | | |
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES | | 5.043.101,39 | 10.793.422,07 | 9.346.592,09 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (EM REAIS)

| | Notas | 2° Sem. 2023 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------|--------------|---------------|--------------|
| SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL | | 5.043.101,39 | 10.793.422,07 | 9.346.592,09 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | - | - | - |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE | | 5.043.101,39 | 10.793.422,07 | 9.346.592,09 |

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS)

| | Notas | 2° Sem. 2023 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------|-----------------|-----------------|-----------------|
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES | | 4.814.409,39 | 11.050.756,54 | 9.667.700,35 |
| Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo | | (779.962,60) | (779.962,60) | (649.122,14) |
| Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo | | - | (133.441,48) | (122.965,99) |
| Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | 24 | 6.130.091,07 | 8.402.998,31 | 4.375.232,92 |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | 32 | 109.526,61 | 273.245,89 | (11.707,91) |
| Provisões/Reversões para Contingências | 32 | 77.890,75 | 150.777,99 | 35.574,19 |
| Atualização de Depósitos em Garantia | 30 | (19.761,39) | (74.648,63) | (33.574,19) |
| Depreciações e Amortizações | 28 | 237.088,82 | 432.378,10 | 324.359,78 |
| SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO | | 10.569.282,65 | 19.322.104,12 | 13.585.497,01 |
| (Aumento)/Redução em Ativos Operacionais | | | | |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | (6.965.543,50) | (16.520.493,12) | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | | (11.276.801,92) | (14.879.111,75) | - |
| Relações Interfinanceiras | | 24.502,37 | 20,00 | (20,00) |
| Operações de Crédito | | 8.835.928,69 | (11.525.176,37) | (51.363.396,77) |
| Outros Ativos Financeiros | | (596.594,10) | (1.638.139,30) | (1.465.331,10) |
| Ativos Fiscais Correntes e Diferidos | | (5.059,93) | (33.478,82) | (75.512,15) |
| Outros Ativos | | 54.771,35 | (222.357,86) | 168.462,03 |
| Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais | | | | |
| Depósitos à Vista | | (6.225.719,37) | (672.793,08) | 2.478.812,23 |
| Depósitos sob Aviso | | 816,58 | 1.626,90 | (660,04) |
| Depósitos a Prazo | | (4.483.270,47) | 7.836.977,76 | 3.978.417,82 |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | | 6.740.186,51 | 12.276.715,05 | 18.912.816,61 |
| Relações Interfinanceiras | | 3.264.764,74 | 17.645.665,32 | 16.028.544,55 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | | 10.932.936,57 | 15.143.876,55 | 20.138.676,97 |
| Outros Passivos Financeiros | | 1.747.978,41 | 659.875,38 | 329.260,41 |
| Provisões | | (35.781,50) | (35.781,50) | - |
| Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas | | 66.047,99 | 18.406,97 | 67.859,99 |
| Outros Passivos | | (2.172.181,27) | (1.217.830,43) | (1.160.938,22) |
| FATES - Atos Cooperativos | | (495.994,43) | (495.994,43) | (412.826,80) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | (132.653,57) | (132.653,57) | (379.052,76) |
| Outras Destinações | | - | - | (150.000,00) |
| Reversão/Realização de Fundos | | 689.117,34 | 689.117,34 | 454.883,04 |
| Imposto de Renda Pago | | (29.009,80) | (29.009,80) | (256.147,32) |
| Contribuição Social Pago | | (28.717,16) | (77.523,84) | (154.381,54) |



| | | | | |
|---|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS | | 10.479.006,18 | 26.114.041,52 | 20.724.963,96 |
| Atividades de Investimentos | | | | |
| Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo | | - | 23.362,99 | 13.576,89 |
| Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo | | - | 110.078,49 | 109.389,10 |
| Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo | | 779.962,60 | 779.962,60 | 649.122,14 |
| Aquisição de Intangível | | (1.100,00) | (15.750,88) | - |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | | (61.487,27) | (135.689,92) | (468.260,50) |
| Aquisição de Investimentos | | (799.534,70) | (885.645,80) | (739.868,68) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | (82.159,37) | (123.682,52) | (436.041,05) |
| Atividades de Financiamentos | | | | |
| Aumento por novos aportes de Capital | | 704.303,24 | 1.699.122,73 | 3.035.054,14 |
| Devolução de Capital aos Cooperados | | (461.495,81) | (913.331,12) | (818.499,23) |
| Distribuição de Sobras Para Associados Pago | | - | (1.235.351,60) | - |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 1.344.759,87 | 1.344.759,87 | 1.110.986,80 |
| Outros Eventos/Reservas | | - | - | 9.478,02 |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | 1.587.567,30 | 895.199,88 | 3.337.019,73 |
| AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 11.984.414,11 | 26.885.558,88 | 23.625.942,64 |
| Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período | 4 | 84.912.195,65 | 70.011.050,88 | 46.385.108,24 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período | 4 | 96.896.609,76 | 96.896.609,76 | 70.011.050,88 |
| Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 11.984.414,11 | 26.885.558,88 | 23.625.942,64 |
| As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS)

| | Notas | CAPITAL SUBSCRITO | CAPITAL A REALIZAR | RESERVA LEGAL | SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS | TOTAIS |
|---|-------|----------------------|--------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|
| Saldos em 31/12/2021 | | 16.838.522,92 | (19.474,36) | 23.332.257,23 | 2.235.287,77 | 42.386.593,56 |
| Destinações das Sobras do Exercício Anterior: | | | | | | |
| Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (150.000,00) | (150.000,00) |
| Distribuição de sobras para associados | | 2.085.287,77 | 0,00 | 0,00 | (2.085.287,77) | 0,00 |
| Outros Eventos/Reservas | | 0,00 | 0,00 | 9.478,02 | 0,00 | 9.478,02 |
| Movimentação de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 3.057.014,10 | (21.959,96) | 0,00 | 0,00 | 3.035.054,14 |
| Por Devolução (-) | | (818.499,23) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (818.499,23) |
| Reversão/Realização de Fundos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 454.883,04 | 454.883,04 |
| Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.346.592,09 | 9.346.592,09 |
| Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio: | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (1.165.886,36) | (1.165.886,36) |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 1.110.986,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.110.986,80 |
| Destinações das Sobras do Período: | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | 0,00 | 0,00 | 5.366.748,40 | (5.366.748,40) | 0,00 |
| FATES - Atos Cooperativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (412.826,80) | (412.826,80) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (379.052,76) | (379.052,76) |
| Saldos em 31/12/2022 | | 22.273.312,36 | (41.434,32) | 28.708.483,65 | 2.476.960,81 | 53.417.322,50 |
| | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2022 | | 22.273.312,36 | (41.434,32) | 28.708.483,65 | 2.476.960,81 | 53.417.322,50 |
| Destinações das Sobras do Exercício Anterior: | | | | | | |
| Constituição de Reservas | | 0,00 | 0,00 | 1.238.480,40 | (1.238.480,40) | 0,00 |
| Distribuição de sobras para associados | | 3.128,81 | 0,00 | 0,00 | (1.238.480,41) | (1.235.351,60) |
| Movimentação de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 1.753.260,29 | (54.137,56) | 0,00 | 0,00 | 1.699.122,73 |
| Por Devolução (-) | | (913.331,12) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (913.331,12) |

| | | | | | | |
|---|--|----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Reversão/Realização de Fundos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689.117,34 | 689.117,34 |
| Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.793.422,07 | 10.793.422,07 |
| Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio: | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (1.429.997,32) | (1.429.997,32) |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 1.344.759,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.344.759,87 |
| Destinações das Sobras do Período: | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | 0,00 | 0,00 | 6.447.927,54 | (6.447.927,54) | 0,00 |
| FATES - Atos Cooperativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (495.994,43) | (495.994,43) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (132.653,57) | (132.653,57) |
| Saldos em 31/12/2023 | | 24.461.130,21 | (95.571,88) | 36.394.891,59 | 2.975.966,55 | 63.736.416,47 |
| | | | | | | |
| Saldos em 30/06/2023 | | 22.834.448,87 | (56.457,84) | 29.946.964,05 | 5.033.331,18 | 57.758.286,26 |
| Movimentação de Capital: | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | | 743.417,28 | (39.114,04) | 0,00 | 0,00 | 704.303,24 |
| Por Devolução (-) | | (461.495,81) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (461.495,81) |
| Reversão/Realização de Fundos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 689.117,34 | 689.117,34 |
| Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.043.101,39 | 5.043.101,39 |
| Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio: | | | | | | |
| Provisão de Juros sobre o Capital Próprio | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (713.007,82) | (713.007,82) |
| Juros sobre o Capital Próprio, Líquido | | 1.344.759,87 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.344.759,87 |
| Destinações das Sobras do Período: | | | | | | |
| Fundo de Reserva | | 0,00 | 0,00 | 6.447.927,54 | (6.447.927,54) | 0,00 |
| FATES - Atos Cooperativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (495.994,43) | (495.994,43) |
| FATES - Atos Não Cooperativos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (132.653,57) | (132.653,57) |
| Saldos em 31/12/2023 | | 24.461.130,21 | (95.571,88) | 36.394.891,59 | 2.975.966,55 | 63.736.416,47 |
| | | | | | | |
| As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | |



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA - SICOOB CREDICARMO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CARMO DO RIO CLARO LTDA - SICOOB CREDICARMO**, doravante denominado **SICOOB CREDICARMO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **13/02/1989**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDICARMO, sediado à PRAÇA DONA MARIA GOULART, Nº 225, CENTRO, CARMO DO RIO CLARO - MG, possui: 3 Postos de Atendimento (PA's), nas seguintes localidades: CARMO DO RIO CLARO – MG, ALTEROSA-MG, RIBEIRÃO PRETO-SP, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDICARMO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras



As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 15/02/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.



Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de



cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios



da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. (se aplicável)

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

- a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;
- b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

Para realização da provisão de desvalorização das CPRs são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.



g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada.



Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas apropriadas referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.



As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).



Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDICARMO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|----------------------|----------------------|
| Caixa e depósitos bancários | 751.200,46 | 509.986,39 |
| Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) | 96.145.409,30 | 69.501.064,49 |
| TOTAL | 96.896.609,76 | 70.011.050,88 |

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|--------------|---------------|--------------|
| Rendimentos da Centralização Financeira | 6.037.884,15 | 10.902.737,39 | 7.310.639,75 |

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--------------|---------------------|----------------------|----------------------|------------|----------------|-------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Ligadas (a) | 5.410.325,21 | 11.110.167,91 | 16.520.493,12 | - | - | - |
| TOTAL | 5.410.325,21 | 11.110.167,91 | 16.520.493,12 | - | - | - |



(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|--------------|--------------|------------|
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 1.025.594,67 | 1.025.594,67 | - |

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Participação em Cooperativa Central de Crédito (a) | - | 6.802.781,84 | 6.802.781,84 | 5.917.136,04 | - | 5.917.136,04 |
| Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a) | - | 58.384,00 | 58.384,00 | 58.384,00 | - | 58.384,00 |
| CPR-F (b) | 6.598.035,66 | 8.392.789,32 | 14.990.824,98 | - | - | - |
| TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | 6.598.035,66 | 15.253.955,16 | 21.851.990,82 | 5.975.520,04 | - | 5.975.520,04 |
| (-) Outros No País | (53.798,81) | (57.914,42) | (111.713,23) | - | - | - |
| (-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | (53.798,81) | (57.914,42) | (111.713,23) | - | - | - |
| TOTAL | 6.544.236,85 | 15.253.955,16 | 21.740.277,59 | 5.975.520,04 | - | 5.975.520,04 |

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.



Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|------------|
| Rendas de Títulos de Renda Fixa | 749.051,92 | 849.417,03 | - |
| Reversão da Provisão para Desvalorização de Títulos Livres - CPRs | 7.587,74 | 7.587,74 | - |
| (-) Provisão para Desvalorização de Títulos Livres - CPRs | (91.804,82) | (119.300,97) | - |
| TOTAL | 664.834,84 | 737.703,80 | - |

7. Outras Relações Interfinanceiras Ativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as outras relações interfinanceiras estão assim compostas:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|-------------------------|------------|----------------|----------|--------------|----------------|--------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Correspondentes No País | - | - | - | 20,00 | - | 20,00 |
| TOTAL | - | - | - | 20,00 | - | 20,00 |

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 47.810.825,95 | 26.140.939,95 | 73.951.765,90 | 34.433.441,59 | 28.468.815,91 | 62.902.257,50 |
| Financiamentos | 4.603.501,23 | 7.882.411,39 | 12.485.912,62 | 4.085.242,67 | 11.615.159,68 | 15.700.402,35 |
| Financiamentos Rurais | 54.697.024,33 | 21.550.425,32 | 76.247.449,65 | 56.232.339,68 | 18.286.096,41 | 74.518.436,09 |
| Total de Operações de Crédito | 107.111.351,51 | 55.573.776,66 | 162.685.128,17 | 94.751.023,94 | 58.370.072,00 | 153.121.095,94 |
| (-) Provisões para Operações de Crédito | (6.551.836,01) | (3.398.381,64) | (9.950.217,65) | (2.652.191,17) | (2.230.244,80) | (4.882.435,97) |
| TOTAL | 100.559.515,50 | 52.175.395,02 | 152.734.910,52 | 92.098.832,77 | 56.139.827,20 | 148.238.659,97 |



b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | | Empréstimo / TD | Financiamentos | Financiamentos Rurais | Total em 31/12/2023 | Provisões 31/12/2023 | Total em 31/12/2022 | Provisões 31/12/2022 |
|--|---------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| AA | - Normal | 6.443.308,20 | 150.014,88 | 19.843.612,19 | 26.436.935,27 | | 27.134.199,35 | |
| A | 0,5% Normal | 20.856.057,86 | 6.248.366,67 | 30.087.348,06 | 57.191.772,59 | (285.958,86) | 51.301.051,52 | (256.505,26) |
| B | 1% Normal | 21.841.590,98 | 1.961.742,01 | 21.753.967,08 | 45.557.300,07 | (455.573,00) | 41.047.901,30 | (410.479,13) |
| B | 1% Vencidas | 15.856,44 | 457,36 | 155.551,71 | 171.865,51 | (1.718,66) | 60.985,66 | (609,86) |
| C | 3% Normal | 14.984.115,41 | 3.410.889,48 | 698.274,73 | 19.093.279,62 | (572.798,39) | 21.351.876,68 | (640.556,30) |
| C | 3% Vencidas | 116.641,32 | 117.840,73 | 75.601,24 | 310.083,29 | (9.302,40) | 154.665,32 | (4.639,96) |
| D | 10% Normal | 1.946.972,55 | 180.656,32 | 654.135,98 | 2.781.764,85 | (278.176,34) | 7.665.433,03 | (766.543,46) |
| D | 10% Vencidas | 539.411,44 | 9.272,59 | 494.740,97 | 1.043.425,00 | (104.342,39) | 321.454,11 | (32.145,41) |
| E | 30% Normal | 1.316.230,57 | 27.108,85 | 21.468,71 | 1.364.808,13 | (409.442,44) | 1.194.651,97 | (358.395,72) |
| E | 30% Vencidas | 265.798,58 | 27.240,08 | - | 293.038,66 | (87.911,60) | 259.320,93 | (77.796,28) |
| F | 50% Normal | 356.477,76 | 88.978,77 | 98.560,72 | 544.017,25 | (272.008,63) | 213.357,35 | (106.678,68) |
| F | 50% Vencidas | 432.044,75 | - | - | 432.044,75 | (216.022,38) | 202.611,37 | (101.305,69) |
| G | 70% Normal | 162.666,48 | 1.271,40 | 6.923,07 | 170.860,95 | (119.602,67) | 159.779,94 | (111.845,96) |
| G | 70% Vencidas | 499.635,65 | 22.272,16 | - | 521.907,81 | (365.335,47) | 129.577,16 | (90.704,01) |
| H | 100% Normal | 1.695.691,62 | 48.743,93 | - | 1.744.435,55 | (1.744.435,55) | 539.035,60 | (539.035,60) |
| H | 100% Vencidas | 2.479.266,29 | 191.057,39 | 2.357.265,19 | 5.027.588,87 | (5.027.588,87) | 1.385.194,65 | (1.385.194,65) |
| Total Normal | | 69.603.111,43 | 12.117.772,31 | 73.164.290,54 | 154.885.174,28 | (4.137.995,88) | 150.607.286,74 | (3.190.040,11) |
| Total Vencidos | | 4.348.654,47 | 368.140,31 | 3.083.159,11 | 7.799.953,89 | (5.812.221,77) | 2.513.809,20 | (1.692.395,86) |
| Total Geral | | 73.951.765,90 | 12.485.912,62 | 76.247.449,65 | 162.685.128,17 | (9.950.217,65) | 153.121.095,94 | (4.882.435,97) |
| Provisões | | (6.531.954,92) | (492.794,55) | (2.925.468,18) | (9.950.217,65) | | (4.882.435,97) | |
| Total Líquido | | 67.419.810,98 | 11.993.118,07 | 73.321.981,47 | 152.734.910,52 | | 148.238.659,97 | |

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

| Tipo | Até 90 | De 91 a 360 | Acima de 360 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Empréstimos e Títulos Descontados | 22.085.186,43 | 25.725.639,52 | 26.140.939,95 | 73.951.765,90 | 62.902.257,50 |
| Financiamentos | 818.667,07 | 3.784.834,16 | 7.882.411,39 | 12.485.912,62 | 15.700.402,35 |
| Financiamentos Rurais | 6.049.136,08 | 48.647.888,25 | 21.550.425,32 | 76.247.449,65 | 74.518.436,09 |
| TOTAL | 28.952.989,58 | 78.158.361,93 | 55.573.776,66 | 162.685.128,17 | 153.121.095,94 |

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

| Descrição | Empréstimos/TD | Financiamento | Financiamento Rurais | % da Carteira | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|
| Setor Privado - Comércio | 11.745.402,70 | 159.620,21 | 143.317,17 | 7,41% | 12.048.340,08 | 6.795.450,74 |
| Setor Privado - Indústria | 415.985,07 | - | - | 0,26% | 415.985,07 | 96.750,49 |
| Setor Privado - Serviços | 30.807.105,53 | 4.329.290,59 | 424.716,68 | 21,86% | 35.561.112,80 | 35.125.751,92 |
| Pessoa Física | 29.862.822,85 | 7.997.001,82 | 75.679.415,80 | 69,79% | 113.539.240,47 | 110.070.733,37 |
| Outros | 1.120.449,75 | - | - | 0,69% | 1.120.449,75 | 1.032.409,42 |
| TOTAL | 73.951.765,90 | 12.485.912,62 | 76.247.449,65 | 100,00% | 162.685.128,17 | 153.121.095,94 |



e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Saldo inicial | (4.882.435,97) | (3.429.017,28) |
| Constituições/ Reversões no período | (7.029.197,17) | (3.706.242,85) |
| Transferência para prejuízo no período | 1.961.415,49 | 2.252.824,16 |
| Saldo Final | (9.950.217,65) | (4.882.435,97) |

f) Concentração dos principais devedores:

| Descrição | 31/12/2023 | % Carteira Total | 31/12/2022 | % Carteira Total |
|----------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Maior Devedor | 6.626.206,49 | 3,71% | 5.423.422,55 | 3,53% |
| 10 Maiores Devedores | 45.117.759,02 | 25,23% | 37.869.015,21 | 24,64% |
| 50 Maiores Devedores | 96.254.797,28 | 53,84% | 90.509.297,83 | 58,89% |

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|---------------------|---------------------|
| Saldo inicial | 4.944.568,58 | 2.678.558,61 |
| Valor das operações transferidas no período | 2.828.373,72 | 2.481.740,70 |
| Valor das operações recuperadas no período | (313.311,13) | (31.991,54) |
| Valor das operações renegociadas no período | (241.966,02) | (183.379,84) |
| Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas | (29.719,58) | (359,35) |
| Saldo Final | 7.187.945,57 | 4.944.568,58 |

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Créditos por Avais e Fianças Honrados (a) | 1.338.905,74 | - | 1.338.905,74 | 736.809,83 | - | 736.809,83 |
| Rendas a Receber (b) | 1.428.580,96 | - | 1.428.580,96 | 1.289.108,96 | - | 1.289.108,96 |
| Títulos e Créditos a Receber (c) | 78.571,63 | - | 78.571,63 | 43.641,08 | - | 43.641,08 |
| Devedores por Depósitos em Garantia (d) | - | 920.753,26 | 920.753,26 | - | 851.693,37 | 851.693,37 |
| TOTAL | 2.846.058,33 | 920.753,26 | 3.766.811,59 | 2.069.559,87 | 851.693,37 | 2.921.253,24 |



(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Rendas de Convênios | 5.535,33 | - | 5.535,33 | 4.840,42 | - | 4.840,42 |
| Rendas de Cartões | 185.740,27 | - | 185.740,27 | 120.448,85 | - | 120.448,85 |
| Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central | 885.458,54 | - | 885.458,54 | 842.451,53 | - | 842.451,53 |
| Rendas de Domicílio Bancário | 37.237,40 | - | 37.237,40 | - | - | - |
| Rendas de Poupança | 15.578,17 | - | 15.578,17 | 15.255,77 | - | 15.255,77 |
| Rendas de Transações Interfinanceiras | 5.964,59 | - | 5.964,59 | 7.107,46 | - | 7.107,46 |
| Outras Rendas a Receber | 293.066,66 | - | 293.066,66 | 299.004,93 | - | 299.004,93 |
| TOTAL | 1.428.580,96 | - | 1.428.580,96 | 1.289.108,96 | - | 1.289.108,96 |

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 61.161,64); e outros (R\$ 17.409,99);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|------------|-------------------|-------------------|------------|-------------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Pis | - | 228.029,87 | 228.029,87 | - | 219.735,36 | 219.735,36 |
| COFINS | - | 660.659,99 | 660.659,99 | - | 631.958,01 | 631.958,01 |
| Outros Devedores por Depósitos em Garantia | - | 32.063,40 | 32.063,40 | - | - | - |
| TOTAL | - | 920.753,26 | 920.753,26 | - | 851.693,37 | 851.693,37 |

9.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.



a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|-----------------------|----------------|-----------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Provisões para Avais e Fianças Honrados | (1.079.085,10) | - | (1.079.085,10) | (572.242,19) | - | (572.242,19) |
| TOTAL | (1.079.085,10) | - | (1.079.085,10) | (572.242,19) | - | (572.242,19) |

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | Avais e Fianças Honrados | Total em 31/12/2023 | Provisões 31/12/2023 | Total em 31/12/2022 | Provisões 31/12/2022 |
|--|--------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|
| E 30% Normal | 5.914,04 | 5.914,04 | (1.774,24) | - | - |
| E 30% Vencidas | 268.147,96 | 268.147,96 | (80.444,39) | 108.916,38 | (32.675,00) |
| F 50% Normal | 33.130,48 | 33.130,48 | (16.565,24) | - | - |
| F 50% Vencidas | 61.922,48 | 61.922,48 | (30.961,24) | 158.405,08 | (79.202,54) |
| G 70% Vencidas | 68.169,29 | 68.169,29 | (47.718,50) | 30.412,39 | (21.288,67) |
| H 100% Vencidas | 901.621,49 | 901.621,49 | (901.621,49) | 439.075,98 | (439.075,98) |
| Total Normal | 39.044,52 | 39.044,52 | (18.339,48) | - | - |
| Total Vencidos | 1.299.861,22 | 1.299.861,22 | (1.060.745,62) | 736.809,83 | (572.242,19) |
| Total Geral | 1.338.905,74 | 1.338.905,74 | (1.079.085,10) | 736.809,83 | (572.242,19) |
| Provisões | (1.079.085,10) | (1.079.085,10) | | (572.242,19) | |
| Total Líquido | 259.820,64 | 259.820,64 | | 164.567,64 | |

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--------------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Impostos e Contribuições a Compensar | 108.990,97 | - | 108.990,97 | 74.906,85 | - | 74.906,85 |
| Imposto de Renda a Recuperar | - | - | - | 605,30 | - | 605,30 |
| TOTAL | 108.990,97 | - | 108.990,97 | 75.512,15 | - | 75.512,15 |

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo de IRPJ – Exercícios Anteriores (R\$ 77.197,08), Saldo Negativo de CSLL – Exercícios Anteriores (R\$ 22.963,39) e Outros impostos a compensar (R\$ 8.830,50).



11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Adiantamentos e Antecipações Salariais | 17.618,21 | - | 17.618,21 | 24.761,61 | - | 24.761,61 |
| Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta | 2.100,05 | - | 2.100,05 | - | - | - |
| Devedores Diversos - País (a) | 156.330,94 | - | 156.330,94 | 6.861,95 | - | 6.861,95 |
| Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios | 93.075,28 | - | 93.075,28 | 93.075,28 | - | 93.075,28 |
| Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (b) | 10.213,87 | 103.971,41 | 114.185,28 | 5.800,00 | 50.000,00 | 55.800,00 |
| (-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c) | - | (5.800,00) | (5.800,00) | (5.800,00) | - | (5.800,00) |
| Despesas Antecipadas (d) | 145.700,82 | - | 145.700,82 | 126.153,88 | - | 126.153,88 |
| TOTAL | 425.039,17 | 98.171,41 | 523.210,58 | 250.852,72 | 50.000,00 | 300.852,72 |

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|-------------------|----------------|-------------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Pendências a Regularizar | 4.058,77 | - | 4.058,77 | 4.483,40 | - | 4.483,40 |
| Plano de Saúde a Receber | 25.112,78 | - | 25.112,78 | 597,14 | - | 597,14 |
| Pendências a Regularizar - Banco Sicoob | 1.957,59 | - | 1.957,59 | 76,51 | - | 76,51 |
| Diferença de Caixa | 109,21 | - | 109,21 | - | - | - |
| Estoque de Pontos | 1.501,20 | - | 1.501,20 | - | - | - |
| Pendências Avais | 119.861,91 | - | 119.861,91 | - | - | - |
| Outros Devedores Diversos | 3.729,48 | - | 3.729,48 | 1.704,90 | - | 1.704,90 |
| TOTAL | 156.330,94 | - | 156.330,94 | 6.861,95 | - | 6.861,95 |

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.



12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

| Descrição | Taxa Depreciação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|-----------------------|-----------------------|
| Imobilizado em Curso (a) | | 37.803,60 | 41.820,00 |
| Terrenos | | 858.463,15 | 858.463,15 |
| Edificações | 4% | 3.953.500,32 | 3.953.500,32 |
| Instalações | 10% | 145.425,00 | 142.425,00 |
| Móveis e equipamentos de Uso | 10% | 874.401,92 | 805.566,34 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 521.410,91 | 486.061,17 |
| Sistema de Segurança | 10% | 331.181,69 | 338.391,69 |
| Sistema de Transporte | 20% | 263.611,18 | 263.611,18 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | | 562.209,65 | 549.519,65 |
| Total de Imobilizado de Uso | | 7.548.007,42 | 7.439.358,50 |
| (-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações | | (192.615,46) | (85.756,34) |
| (-) Depreciação Acumulada de Instalações | | (22.193,78) | (7.859,55) |
| (-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso | | (871.727,47) | (736.468,08) |
| (-) Depreciação Acum. Veículos | | (153.729,08) | (119.129,00) |
| (-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | | (182.464,05) | (70.636,94) |
| Total de Depreciação de Imobilizado de Uso | | (1.422.729,84) | (1.019.849,91) |
| TOTAL | | 6.125.277,58 | 6.419.508,59 |

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

| Descrição | Taxa de Amortização | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|-------------------|------------|
| Sistemas De Processamento De Dados | 20% | 15.750,88 | - |
| Intangível | | 15.750,88 | - |
| (-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis | | (2.457,17) | - |
| Total de Amortização de ativos Intangíveis | | (2.457,17) | - |
| TOTAL | | 13.293,71 | - |

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|----------------------|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Depósito à Vista (a) | 31.941.514,11 | - | 31.941.514,11 | 32.614.307,19 | - | 32.614.307,19 |
| Depósito Sob Aviso | 14.296,32 | - | 14.296,32 | 12.669,42 | - | 12.669,42 |



| | | | | | | |
|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Depósito a Prazo (b) | 56.591.946,03 | 714.910,56 | 57.306.856,59 | 45.389.065,77 | 4.080.813,06 | 49.469.878,83 |
| TOTAL | 88.547.756,46 | 714.910,56 | 89.262.667,02 | 78.016.042,38 | 4.080.813,06 | 82.096.855,44 |

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

| Descrição | 31/12/2023 | % Carteira Total | 31/12/2022 | % Carteira Total |
|-------------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Maior Depositante | 4.300.000,00 | 3,40% | 3.947.197,25 | 3,66% |
| 10 Maiores Depositantes | 24.286.110,25 | 19,19% | 22.580.013,41 | 20,94% |
| 50 Maiores Depositantes | 55.596.436,73 | 43,92% | 51.344.427,64 | 47,61% |

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Despesas de Depósitos de Aviso Prévio | (816,58) | (1.626,90) | (1.380,19) |
| Despesas de Depósitos a Prazo | (3.498.567,87) | (6.749.106,92) | (5.031.232,02) |
| Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio | (1.823.709,15) | (3.425.357,56) | (1.990.900,16) |
| Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário | (124.944,21) | (260.848,81) | (23.915,52) |
| Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos | (96.667,57) | (182.111,63) | (135.251,34) |
| TOTAL | (5.544.705,38) | (10.619.051,82) | (7.182.679,23) |

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:



| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI | 2.182.855,64 | - | 2.182.855,64 | 1.848.310,04 | - | 1.848.310,04 |
| Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA | 20.219.906,93 | 15.472.729,38 | 35.692.636,31 | 11.563.420,30 | 22.187.046,56 | 23.750.466,86 |
| TOTAL | 22.402.762,57 | 15.472.729,38 | 37.875.491,95 | 13.411.730,34 | 22.187.046,56 | 25.598.776,90 |

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

| Instituições | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Recursos do Banco Sicoob | 28.328.205,35 | 13.530.700,05 | 41.858.905,40 | 15.955.711,14 | 4.916.430,43 | 20.872.141,57 |
| Recursos da Central | 984.184,71 | - | 984.184,71 | 4.325.283,22 | - | 4.325.283,22 |
| TOTAL | 29.312.390,06 | 13.530.700,05 | 42.843.090,11 | 20.280.994,36 | 4.916.430,43 | 25.197.424,79 |

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7% ao ano, com vencimento até 21/08/2034. As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 11% ao ano, com vencimento até 11/11/2024.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

| Instituições | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------|----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Repasses do País - Instituições Oficiais | 50.503.209,72 | 6.158.835,91 | 56.662.045,63 | 41.518.169,08 | - | 41.518.169,08 |
| TOTAL | 50.503.209,72 | 6.158.835,91 | 56.662.045,63 | 41.518.169,08 | - | 41.518.169,08 |

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com Recursos de Instituições Oficiais correspondem a uma taxa média de 9% ao ano, com vencimento até 10/11/2029.



c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob | (1.700.410,41) | (2.690.951,15) | (1.009.302,97) |
| Cooperativa Central | (231.163,98) | (495.433,27) | (73.771,22) |
| Outras Instituições | (2.695.654,78) | (5.058.704,49) | (2.888.686,95) |
| TOTAL | (4.627.229,17) | (8.245.088,91) | (3.971.761,14) |

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Recursos em Trânsito de Terceiros (a) | 1.814.222,65 | - | 1.814.222,65 | 1.074.798,10 | - | 1.074.798,10 |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 152,81 | - | 152,81 | 16.931,89 | - | 16.931,89 |
| Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b) | 23.317,39 | - | 23.317,39 | 86.087,48 | - | 86.087,48 |
| TOTAL | 1.837.692,85 | - | 1.837.692,85 | 1.177.817,47 | - | 1.177.817,47 |

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Convênio de Energia Elétrica e Gás | 4.197,65 | - | 4.197,65 | 14.385,09 | - | 14.385,09 |
| Ordens de Pagamento | 1.310.000,00 | - | 1.310.000,00 | 1.060.000,00 | - | 1.060.000,00 |
| Cobrança de Terceiros em Trânsito | - | - | - | 373,01 | - | 373,01 |
| Outros Recursos em Trânsito de Terceiros | 500.025,00 | - | - | 40,00 | - | 40,00 |
| TOTAL | 1.814.222,65 | - | 1.814.222,65 | 1.074.798,10 | - | 1.074.798,10 |

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Operações de Crédito - IOF | 21.195,79 | - | 21.195,79 | 85.546,52 | - | 85.546,52 |
| Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 2.121,60 | - | 2.121,60 | 540,96 | - | 540,96 |
| TOTAL | 23.317,39 | - | 23.317,39 | 86.087,48 | - | 86.087,48 |



18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a) | 328.113,62 | 233.348,81 | 561.462,43 | 245.735,09 | 42.481,45 | 288.216,54 |
| Provisão Para Contingências (b) | - | 978.689,86 | 978.689,86 | - | 863.693,37 | 863.693,37 |
| TOTAL | 328.113,62 | 1.212.038,67 | 1.540.152,29 | 245.735,09 | 906.174,82 | 1.151.909,91 |

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------|----------------------|----------------------|
| Coobrigações Prestadas | 30.200.646,55 | 15.295.680,49 |
| TOTAL | 30.200.646,55 | 15.295.680,49 |

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

| Descrição | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|----------------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|
| | Provisão para Contingências | Depósitos Judiciais | Provisão para Contingências | Depósitos Judiciais |
| PIS | 228.029,87 | 228.029,87 | 219.735,36 | 219.735,36 |
| COFINS | 660.659,99 | 660.659,99 | 631.958,01 | 631.958,01 |
| Outras Contingências | 90.0000,00 | 32.063,40 | 12.000,00 | - |
| TOTAL | 978.689,86 | 920.753,26 | 863.693,37 | 851.693,37 |



b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

| Descrição | Cível | Tributário | Trabalhista | Total |
|--|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Saldo em 01 janeiro de 2022 | 10.000,00 | 818.119,18 | - | 828.119,18 |
| Constituição da provisão | 5.000,00 | - | - | 5.000,00 |
| Reversão da provisão | (3.000,00) | - | - | (3.000,00) |
| Utilização durante o exercício | - | - | - | - |
| Atualização durante o exercício | - | 33.574,19 | - | 33.574,19 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 12.000,00 | 851.693,37 | - | 863.693,37 |
| Saldo em 01 janeiro de 2023 | 12.000,00 | 851.693,37 | - | 863.693,37 |
| Constituição da provisão | 20.000,00 | - | 70.000,00 | 90.000,00 |
| Reversão da provisão | (12.000,00) | - | - | (12.000,00) |
| Utilização durante o exercício | - | - | - | - |
| Atualização durante o exercício | - | 36.996,49 | - | 36.996,49 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 20.000,00 | 888.689,86 | 70.000,00 | 978.689,86 |

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICARMO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.050.676,85, abrangendo processo de natureza trabalhista e cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar | - | - | - | 48.806,68 | - | 48.806,68 |
| Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros | 13.158,04 | - | 13.158,04 | 10.171,54 | - | 10.171,54 |
| Impostos e Contribuições sobre Salários | 156.796,92 | - | 156.796,92 | 155.815,81 | - | 155.815,81 |
| Outros (a) | 87.320,13 | - | 87.320,13 | 72.880,77 | - | 72.880,77 |
| TOTAL | 257.275,09 | - | 257.275,09 | 287.674,80 | - | 287.674,80 |



(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|-----------------------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 10.848,66 | - | 10.848,66 | 12.463,87 | - | 12.463,87 |
| ISSQN a recolher | 9.600,98 | - | 9.600,98 | 8.529,63 | - | 8.529,63 |
| IRRF sobre juros ao capital | 66.870,49 | - | 66.870,49 | 51.887,27 | - | 51.887,27 |
| TOTAL | 87.320,13 | - | 87.320,13 | 72.880,77 | - | 72.880,77 |

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Sociais e Estatutárias (a) | 2.027.430,17 | - | 2.027.430,17 | 1.830.683,93 | - | 1.830.683,93 |
| Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b) | 170.922,12 | - | 170.922,12 | 171.100,93 | - | 171.100,93 |
| Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c) | 1.043.527,26 | - | 1.043.527,26 | 819.342,00 | - | 819.342,00 |
| Credores Diversos – País (d) | 94.079,36 | - | 94.079,36 | 103.057,65 | - | 103.057,65 |
| TOTAL | 3.335.958,91 | - | 3.335.958,91 | 2.924.184,51 | - | 2.924.184,51 |

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Provisão para Participações nos Resultados (a.1) | 136.843,98 | - | 136.843,98 | 190.355,11 | - | 190.355,11 |
| Gratificações e Participações a Pagar (a.2) | 104.388,44 | - | 104.388,44 | 129.380,00 | - | 129.380,00 |
| Cotas de Capital a Pagar (a.3) | 431.922,44 | - | 431.922,44 | 96.204,17 | - | 96.204,17 |
| FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.4) | 1.354.275,31 | - | 1.354.275,31 | 1.414.744,65 | - | 1.414.744,65 |
| TOTAL | 2.027.430,17 | - | 2.027.430,17 | 1.830.683,93 | - | 1.830.683,93 |

(a.1) A Participação dos empregados no Resultado está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;



(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---|---------------------|----------------|---------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Despesas de Pessoal | 406.087,00 | - | 406.087,00 | 403.224,66 | - | 403.224,66 |
| Custos de Transações Interfinanceiras | 7.076,02 | - | 7.076,02 | 6.869,24 | - | 6.869,24 |
| Seguro Prestamista | 449.756,81 | - | 449.756,81 | 330.240,27 | - | 330.240,27 |
| Despesas com Cartões | 77.040,06 | - | 77.040,06 | 15.989,11 | - | 15.989,11 |
| Valores a Pagar - Domicílio Bancário | 21.477,23 | - | 21.477,23 | - | - | - |
| Manutenção e Conservação de Bens | 9.338,25 | - | 9.338,25 | 8.475,48 | - | 8.475,48 |
| Transporte | 4.672,96 | - | 4.672,96 | 731,53 | - | 731,53 |
| Seguro | 30.786,52 | - | 30.786,52 | 28.934,83 | - | 28.934,83 |
| Compensação | 17.897,87 | - | 17.897,87 | 5.208,14 | - | 5.208,14 |
| Aluguéis | 50,34 | - | 50,34 | 14.283,96 | - | 14.283,96 |
| Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar | 19.344,20 | - | 19.344,20 | 5.384,78 | - | 5.384,78 |
| TOTAL | 1.043.527,26 | - | 1.043.527,26 | 819.342,00 | - | 819.342,00 |

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|---------------------------------------|------------|----------------|-------|------------|----------------|--------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Pendências a Regularizar Banco Sicoob | - | - | - | 999,76 | - | 999,76 |



| | | | | | | |
|--|------------------|----------|------------------|-------------------|----------|-------------------|
| Valores a Repassar à Cooperativa Central | 37.578,07 | - | 37.578,07 | 29.734,00 | - | 29.734,00 |
| Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação | 35.461,05 | - | 35.461,05 | 29.620,41 | - | 29.620,41 |
| Diferença de Caixa | 2.265,74 | - | 2.265,74 | 1.900,00 | - | 1.900,00 |
| Pendências a Regularizar | 1.106,05 | - | 1.106,05 | - | - | - |
| Outros Credores Diversos - País | 17.668,45 | - | 17.668,45 | 40.803,48 | - | 40.803,48 |
| TOTAL | 94.079,36 | - | 94.079,36 | 103.057,65 | - | 103.057,65 |

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 342.000,00** com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, e o montante de **R\$ 606.750,00** com recursos do Sicoob Cotas Partes.

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Capital Social | 24.365.558,33 | 22.231.878,04 |
| Quantidade de Cooperados | 6.042 | 4.833 |

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** sendo 50% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 1.238.480,40 e 50% para Conta Corrente, no valor de R\$ 1.238.480,41.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:



| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|---------------------|---------------------|
| Sobras/Perdas do exercício | 9.363.424,75 | 8.180.705,73 |
| (-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES | (132.653,57) | (379.052,76) |
| (+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários | 689.117,34 | 454.883,04 |
| Base de cálculo das destinações | 9.919.888,52 | 8.256.536,01 |
| (-) Destinação para o Fundo de Reserva (a) | (6.447.927,54) | (5.366.748,40) |
| (-) Destinação para o FATES - atos cooperativos | (495.994,43) | (412.826,80) |
| Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral | 2.975.966,55 | 2.476.960,81 |

a) O Fundo de Reserva é constituído pela destinação estatutária de percentual das sobras, deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), além de destinações adicionais deliberadas pela AGO. Sua função é reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. No exercício de 2023 a cooperativa apresentou Perdas, de modo que não houve destinação para esse Fundo.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 50% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 1.429.997,32 e em 2022, no montante de R\$ 1.165.886,36. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|---------------------|
| Receita de prestação de serviços | 2.241.882,24 | 2.024.416,87 |
| Despesas específicas de atos não cooperativos | (369.360,76) | (201.054,35) |
| Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos | (377.517,23) | (438.966,83) |
| Resultado operacional | 1.495.004,25 | 1.384.395,69 |
| Receitas (despesas) não operacionais, líquidas | 102.738,87 | 78.372,88 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 1.597.743,12 | 1.462.768,57 |
| IRPJ/CSLL | (57.726,96) | (105.937,68) |
| Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16 | (1.407.362,59) | (977.778,13) |
| Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) | 132.653,57 | 379.052,77 |

23. Receitas de Operações de Crédito

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes | 117.110,28 | 324.144,10 | 174.112,11 |
| Rendas de Empréstimos | 7.653.768,80 | 14.899.570,50 | 10.388.951,89 |
| Rendas de Direitos Creditórios Descontados | 1.132.335,11 | 2.111.544,04 | 1.290.980,84 |
| Rendas de Financiamentos | 1.102.980,46 | 2.361.591,91 | 2.608.709,96 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres | 1.376.342,74 | 2.832.949,11 | 2.663.767,09 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista | 286.018,79 | 488.056,85 | 307.274,02 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural | 552.342,52 | 999.253,02 | 476.276,33 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA | 293.550,97 | 425.302,38 | 18.712,48 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas | 1.583.391,58 | 3.397.548,94 | 1.904.629,34 |
| Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honorados | 1.651,22 | 1.651,22 | - |
| Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo | 358.240,25 | 541.538,11 | 216.021,38 |
| TOTAL | 14.457.732,72 | 28.383.150,18 | 20.049.435,44 |

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|
| Despesas De Captação | (5.544.705,38) | (10.619.051,82) | (7.182.679,23) |
| Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses | (4.627.229,17) | (8.245.088,91) | (3.971.761,14) |
| Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito | (6.130.091,07) | (8.402.998,31) | (4.375.232,92) |
| Reversões de Provisões para Operações de Crédito | 2.028.174,54 | 3.758.708,03 | 1.934.974,80 |
| Reversões de Provisões para Outros Créditos | 72.208,11 | 96.759,37 | 47.967,01 |
| Provisões para Operações de Crédito | (7.309.906,04) | (10.787.633,85) | (5.641.217,65) |
| Provisões para Outros Créditos | (920.567,68) | (1.470.831,86) | (716.957,08) |
| TOTAL | (16.302.025,62) | (27.267.139,04) | (15.529.673,29) |



25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Rendas de Cobrança | 125.403,78 | 239.628,62 | 160.745,84 |
| Rendas de Garantias Prestadas | 1.468,48 | 4.821,89 | 3.178,11 |
| Rendas por Serviços de Pagamento | 641.896,70 | 896.443,99 | - |
| Rendas de Convênios | 21.240,93 | 44.356,55 | 47.804,08 |
| Rendas de Comissão | 872.970,54 | 1.961.277,19 | 1.558.050,09 |
| Rendas de Credenciamento | - | 553,11 | 493,27 |
| Rendas de Cartões | 111.087,39 | 234.986,71 | 431.730,55 |
| Rendas de Outros Serviços | 91.232,70 | 172.282,47 | 169.321,83 |
| Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento | 58.868,92 | 68.766,91 | - |
| TOTAL | 1.924.169,44 | 3.623.117,44 | 2.371.323,77 |

26. Rendas de Tarifas

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Rendas de Pacotes de Serviços - PF | 205.925,83 | 413.956,55 | 396.785,88 |
| Rendas de Serviços Prioritários - PF | 76.916,56 | 154.279,21 | 173.285,87 |
| Rendas de Serviços Diferenciados - PF | 2.789,59 | 7.729,68 | 14.362,25 |
| Rendas de Serviços Especiais - PF | 5.006,00 | 8.164,00 | - |
| Rendas de Tarifas Bancárias - PJ | 282.714,38 | 541.118,38 | 457.204,30 |
| TOTAL | 573.352,36 | 1.125.247,82 | 1.041.638,30 |

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas de Honorários - Conselho Fiscal | (36.499,98) | (84.425,23) | (67.989,84) |
| Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (620.490,10) | (1.230.940,36) | (1.076.991,56) |
| Despesas de Pessoal - Benefícios | (347.647,72) | (674.168,95) | (674.910,86) |
| Despesas de Pessoal - Encargos Sociais | (446.870,33) | (925.530,09) | (844.162,64) |
| Despesas de Pessoal - Proventos | (1.070.250,12) | (2.025.750,12) | (1.667.244,09) |
| Despesas de Pessoal - Treinamento | (3.233,79) | (3.801,29) | - |
| Despesas de Remuneração de Estagiários | (14.004,50) | (15.324,50) | - |
| TOTAL | (2.538.996,54) | (4.959.940,54) | (4.331.298,99) |

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Despesas de Água, Energia e Gás | (38.417,04) | (65.919,15) | (54.531,00) |
| Despesas de Aluguéis | (32.252,41) | (52.703,57) | (41.652,93) |
| Despesas de Comunicações | (56.146,71) | (116.105,23) | (121.159,59) |
| Despesas de Manutenção e Conservação de Bens | (76.349,55) | (146.591,42) | (120.224,97) |
| Despesas de Material | (38.229,45) | (59.162,69) | (89.199,48) |
| Despesas de Processamento de Dados | (256.624,67) | (481.450,41) | (335.813,61) |
| Despesas de Promoções e Relações Públicas | (11.574,46) | (28.185,45) | (21.829,93) |



| | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Despesas de Propaganda e Publicidade | (18.100,00) | (31.610,00) | (31.603,10) |
| Despesas de Seguros | (41.287,73) | (90.463,60) | (60.923,96) |
| Despesas de Serviços do Sistema Financeiro | (220.318,50) | (450.305,56) | (501.601,13) |
| Despesas de Serviços de Terceiros | (85.872,29) | (136.291,30) | (133.777,94) |
| Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança | (93.531,81) | (185.941,41) | (175.309,04) |
| Despesas de Serviços Técnicos Especializados | (79.751,93) | (167.393,02) | (123.196,56) |
| Despesas de Transporte | (48.491,25) | (103.145,09) | (68.735,83) |
| Despesas de Viagem no País | (15.315,29) | (26.266,37) | (21.579,14) |
| Despesas de Depreciação/Amortização | (237.088,82) | (432.378,10) | (324.359,78) |
| Outras Despesas Administrativas (a) | (465.823,08) | (910.488,97) | (750.562,23) |
| TOTAL | (1.815.174,99) | (3.484.401,34) | (2.976.060,22) |

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Livros jornais e revistas | (467,36) | (467,36) | (467,00) |
| Contribuição sindical patronal | (233,52) | (233,52) | - |
| Emolumentos judiciais e cartorários | (17.910,42) | (71.459,77) | (52.022,70) |
| Copa/cozinha | (645,61) | (1.889,96) | (2.410,06) |
| Lanches e refeições | (13.155,44) | (28.118,98) | (33.887,58) |
| Uniformes e vestuários | (3.039,50) | (8.331,00) | (4.952,46) |
| Contribuição a OCE | (51.403,14) | (94.239,19) | (87.997,28) |
| Taxas da junta comercial | - | - | (738,22) |
| Impostos e taxas | (157,07) | (157,07) | (21,38) |
| Medicamentos | - | (43,00) | (50,80) |
| Mensalidades diversas | (2.580,00) | (4.423,20) | (3.660,00) |
| Coordenadores de UAR | - | (421,56) | (9.881,30) |
| Rateio de despesas da Central | (223.248,18) | (402.353,69) | (319.050,24) |
| Microfilmagem de documentos | - | - | (391,34) |
| Materiais de limpeza | - | (125,00) | - |
| Rateio de despesa do Sicoob Conf. | (59.805,18) | (117.668,28) | (189.150,68) |
| Contribuição confederativa | (9.078,99) | (18.158,01) | - |
| Disp. Centro de serv. Compart. - CCS | (70.721,73) | (136.799,98) | (26.947,46) |
| Outras despesas indedutíveis | (2.486,71) | (5.669,29) | - |
| Outras despesas administrativas | (10.890,23) | (19.930,11) | (18.933,73) |
| TOTAL | (465.823,08) | (910.488,97) | (750.562,23) |

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| Despesas Tributárias | (11.812,69) | (19.676,91) | (39.412,10) |
| Disp. Impostos s/ Serviços - ISS | (44.977,29) | (103.753,75) | (92.160,56) |
| Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP | (9.472,45) | (18.568,42) | (21.177,12) |
| TOTAL | (66.262,43) | (141.999,08) | (152.749,78) |



30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 224,42 | 40.842,10 | 39.049,50 |
| Outras - Reversão de Provisões Operacionais | 16.973,58 | 51.398,48 | - |
| Dividendos | - | 23.362,99 | 13.576,89 |
| Distribuição de sobras da central | - | 110.078,49 | 109.389,10 |
| Atualização depósitos judiciais | 19.761,39 | 74.648,63 | 33.574,19 |
| Rendas de Repasses Interfinanceiros | 692.923,25 | 1.067.000,01 | 789.988,79 |
| Outras rendas operacionais | 2.311,78 | 14.893,07 | 4.838,02 |
| Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência | 532.346,78 | 1.052.380,46 | 1.035.057,12 |
| Juros ao Capital Recebidos da Central | 779.962,60 | 779.962,60 | 649.122,14 |
| TOTAL | 2.044.503,80 | 3.214.566,83 | 2.674.595,75 |

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações | (8.154,95) | (9.154,95) | (11.156,91) |
| Outras Despesas Operacionais | (97.253,88) | (223.739,85) | (231.574,14) |
| Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento | (482.890,50) | (668.882,12) | - |
| Despesa com Correspondentes Cooperativos | (2.807,80) | (5.765,33) | (6.221,80) |
| Desconto/Cancelamento de Tarifas | (66.349,55) | (111.163,95) | (67.426,76) |
| Outras Contribuições Diversas | (33.726,73) | (60.819,28) | (41.040,94) |
| Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas | (2.980,31) | (6.729,14) | (25.272,07) |
| Perdas - Fraudes Externas | - | (131,63) | (7.032,88) |
| Perdas - Danos a Ativos Físicos | (3.240,00) | (3.240,00) | - |
| Perdas - Falhas em Sistemas de TI | (30,10) | (30,10) | - |
| Perdas - Falhas de Gerenciamento | (7.822,89) | (7.822,89) | (48,44) |
| Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social | (352.102,01) | (689.117,34) | (454.883,04) |
| TOTAL | (1.057.358,72) | (1.786.596,58) | (844.656,98) |

32. Despesas com Provisões

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|---------------------|--------------------|
| Provisões/Reversões para Contingências | (77.890,75) | (150.777,99) | (35.574,19) |
| Provisões para Demandas Trabalhistas | (20.000,00) | (20.000,00) | - |
| Provisões para Contingências | (57.890,75) | (142.777,99) | (38.574,19) |
| Reversões de Provisões para Contingências | - | 12.000,00 | 3.000,00 |
| Provisões/Reversões para Garantias Prestadas | (109.526,61) | (273.245,89) | 11.707,91 |
| Provisões para Garantias Prestadas | (367.713,15) | (727.241,00) | (409.497,65) |
| Reversões de Provisões para Garantias Prestadas | 258.186,54 | 453.995,11 | 421.205,56 |
| TOTAL | (187.417,36) | (424.023,88) | (23.866,28) |



33. Outras Receitas e Despesas

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|-------------------|------------------|
| Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda | - | - | 11.280,40 |
| Ganhos de Capital | 3.544,44 | 5.444,46 | 1.677,75 |
| Rendas de Aluguéis | 50.348,70 | 102.989,71 | 23.982,33 |
| Provisões/Reversões Não Operacionais | | | |
| Outras Rendas Não Operacionais | - | - | 67.918,80 |
| (-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda | - | - | (3.386,79) |
| (-) Perdas de Capital | (320,07) | (5.695,30) | (23.099,61) |
| TOTAL | 53.573,07 | 102.738,87 | 78.372,88 |

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

| Montante das Operações Ativas | Valores | % em Relação à Carteira Total | Provisão de Risco |
|--|---------------------|-------------------------------|-------------------|
| P.R. – Vínculo de Grupo Econômico | 5.309.080,80 | 3,2494% | 22.263,23 |
| P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico | 650.000,00 | 0,3978% | 757,00 |
| TOTAL | 5.959.080,80 | 3,6472% | 23.020,23 |
| Montante das Operações Passivas | 8.622.024,35 | 16,9216% | |

| PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023 | |
|--|----------|
| Empréstimos e Financiamentos | 0,4585% |
| Títulos Descontados e Cheques Descontados | 0,0908% |
| Crédito Rural (modalidades) | 3,0956% |
| Aplicações Financeiras | 12,3202% |



b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

| Natureza da Operação de Crédito | Valor da Operação de Crédito | PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) | % da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total |
|----------------------------------|------------------------------|---|--|
| Cheque Especial | 12.960,01 | 240,61 | 0,6281% |
| Conta Garantida | 75.898,75 | 758,99 | 1,6901% |
| Financiamentos Rurais | 5.888.997,11 | 25.586,49 | 7,7235% |
| Empréstimos | 1.092.147,45 | 5.562,06 | 1,9079% |
| Financiamentos | 73.720,03 | 328,43 | 0,5904% |
| Direitos Creditórios Descontados | 25.109,52 | 125,54 | 0,2473% |

| Natureza dos Depósitos | Valor do Depósito | % em Relação a Carteira Total | Taxa Média - % |
|------------------------------------|-------------------|-------------------------------|----------------|
| Depósitos a Vista | 1.356.356,08 | 4,2568% | - |
| Depósitos a Prazo | 8.127.529,46 | 14,1789% | 0,8850% |
| Letra de Crédito Agronegócio - LCA | 4.179.812,07 | 11,7106% | 0,8630% |
| Letra de Crédito Imobiliário - LCI | 261.184,26 | 11,9653% | 0,8962% |

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

| Natureza das Operações Ativas e Passivas | Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m. | Prazo médio (a.m) |
|---|--|-------------------|
| Direitos Creditórios Descontados | 1,6800% | 1,85 |
| Empréstimos | 1,3358% | 33,44 |
| Financiamentos | 1,0500% | 56,31 |
| Aplicação Financeira - Pré Fixada | 0,9026% | 59,97 |
| Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI) | 94,9535% | 131,42 |
| Letra de Crédito Agronegócio - LCA | 0,8607% | 23,10 |
| Letra de Crédito Imobiliário - LCI | 0,8432% | 12,41 |

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

| Natureza da Operação de Crédito | Garantias Prestadas |
|----------------------------------|---------------------|
| Cheque Especial | 147.350,03 |
| Crédito Rural | 9.180.448,62 |
| Direitos Creditórios Descontados | 75.328,56 |



| | |
|----------------|--------------|
| Empréstimos | 2.601.386,45 |
| Financiamentos | 105.613,11 |

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

| Submodalidade Bacen | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|--------------|------------|
| Beneficiários de Outras Coobrigações | 1.468.067,24 | - |

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|--------------|----------------|----------------|
| INSS Diretoria/Conselheiros | (106.457,97) | (237.446,28) | (222.312,26) |
| Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (601.495,46) | (1.195.772,12) | (1.070.306,44) |
| F.G.T.S. Diretoria | (23.961,62) | (56.952,53) | (56.376,51) |
| Plano de Saúde | (18.994,64) | (35.168,24) | (6.685,12) |

35.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDICARMO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICARMO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-----------------------|----------------------|
| Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4 | 96.145.409,30 | 69.501.064,49 |
| Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 6 | 6.802.781,84 | 5.917.136,04 |
| Total das Operações Ativas | 102.948.191,14 | 75.418.200,53 |
| Passivo - Repasses Interfinanceiros Nota 16.a) | 984.184,71 | 4.325.283,22 |
| Total de Operações Passivas | 984.184,71 | 4.325.283,22 |



b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

| Descrição | 2º sem/23 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|---------------------|----------------------|---------------------|
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4.a) | 6.037.884,15 | 10.902.737,39 | 7.310.639,75 |
| Total das Receitas | 6.037.884,15 | 10.902.737,39 | 7.310.639,75 |
| Rateio de Despesas da Central – Nota 28.a) | (223.248,18) | (402.353,69) | (319.050,24) |
| Total das Despesas | (223.248,18) | (402.353,69) | (319.050,24) |

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Patrimônio de referência (PR) | 59.559.352,02 | 49.902.772,59 |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 204.371.899,38 | 157.718.977,24 |
| Índice de Basileia (mínimo 12%) % | 29,14 | 31,64 |
| Imobilizado para cálculo do limite | 6.125.277,58 | 6.419.508,59 |
| Índice de imobilização (limite 50%) % | 10,28 | 12,86 |

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.



A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;



- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas,



fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);



- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.



b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.



37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.



37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CARMO DO RIO CLARO-MG

**DOLOR DOMINQUINI FILHO
DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**EDSON RODRIGO MARINHO
DIRETOR NEGÓCIOS**

**RUBENS MIGUEL PEREIRA
CONTADOR - CRC/MG-091.409/O-6**



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – CNAC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda. - SICOOB CREDICARMO, CNPJ: 25743311

Carmo do Rio Claro - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda. - SICOOB CREDICARMO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICARMO em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. © Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. © Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Belo Horizonte / MG, 16 de fevereiro de 2024



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDICARMO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda., reunido em 28/02/2024, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Carmo do Rio Claro (MG), 28 de fevereiro de 2024.

Elder Ulisses de Oliveira
Coordenador do Conselho Fiscal

Ruvar Balzac de Gabriel e Dorighello
Secretário do Conselho Fiscal

Antônio Claret da Cruz
Conselho Fiscal-Efetivo



SICOOB

 **SICOOB** **35** ANOS
Credicarmo

Há trinta e cinco anos nosso valor é você!

